



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**SILVANA DA COSTA**

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL  
NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**

**LARANJEIRAS DO SUL  
2024**

**SILVANA DA COSTA**

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL  
NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maude Regina de Borba

LARANJEIRAS DO SUL  
2024

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Costa, Silvana da

Potencialidades e limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul - PR / Silvana da Costa.

-- 2024.

100 f.

Orientadora: Doutora Maude Regina de Borba Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2024.

1. Desenvolvimento regional. I. Borba, Maude Regina de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.

III. Título.

**Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**SILVANA DA COSTA**

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO TURISMO RURAL  
NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 16/08/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maude Regina de Borba – UFFS



---

Presidente/Orientadora



---

Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski –  
UFPR 1º membro



---

Dr.<sup>a</sup> Daniele Lima Gelbcke –  
UFSC 2º membro

*“Em virtude da realização de banca on-line, este documento foi assinado pela Presidente como representante dos membros que participaram virtualmente”.*

## **AGRADECIMENTOS**

Acima de tudo agradeço a Deus pela oportunidade de ter realizado esse trabalho. Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) por proporcionarem o ambiente acadêmico e os recursos necessários para o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas orientadoras, a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janete Stoffel e a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maude de Borba, dedico uma gratidão especial pela orientação, profissionalismo, competência, paciência, e inestimável apoio ao longo de todo o processo. Suas sugestões, críticas construtivas e incentivo constante foram fundamentais para a concretização desta pesquisa.

Aos colegas do PPGADR, agradeço pela troca de conhecimentos, experiências e pela camaradagem que tornaram esta jornada mais enriquecedora e prazerosa. A amizade e o apoio de vocês foram cruciais nos momentos desafiadores.

Aos colegas técnicos da Coordenação Adjunta de Laboratórios agradeço pelo suporte nas atividades durante minha ausência.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio emocional e incentivo, sou imensamente grata. A presença e o carinho de vocês foram essenciais para minha motivação e bem-estar durante este período.

Aos que se dispuseram a participar das entrevistas, contribuindo com os dados para realização deste trabalho deixo aqui meu registro de muito obrigada.

Por fim, aos meus filhos, dedico este trabalho com todo meu amor e gratidão. A compreensão, paciência e apoio de vocês me deram forças para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho é também de vocês.

**A todos, o meu mais sincero agradecimento.**

## EPÍGRAFE

“Explorar o campo é redescobrir a simplicidade da vida, onde cada trilha nos leva a um encontro com a natureza e com nós mesmos.”

– Desconhecido

## RESUMO

Esta pesquisa disserta sobre o turismo rural como atividade complementar de renda na propriedade e agregação de valor aos produtos, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo é analisar a contribuição do turismo para o desenvolvimento rural sustentável no município de Laranjeiras do Sul, por meio da caracterização do turismo receptivo, apontando atrativos existentes; averiguando se a atividade turística localizada no espaço rural do município constitui uma alternativa para geração de emprego e renda das famílias, bem como análise das potencialidades e limitações do turismo receptivo identificado. A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório com características de investigação qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com atores chave, representantes de instituições públicas e privadas do município voltadas para o rural e nas propriedades/empreendimentos relacionados, interpretando os dados através da análise de conteúdo. O trabalho conta com uma introdução e referencial teórico para embasar o assunto, trazendo o que é o desenvolvimento rural sustentável e o turismo rural nesse contexto. Apresenta o papel das políticas públicas na implantação da atividade. Como resultados, são identificadas potencialidades relacionadas às belezas e recursos naturais existentes no município, assim como recursos culturais, gastronômicos, e localização estratégica. Em relação às limitações, estão mencionadas a falta do despertar da população para a atividade turística e, principalmente, a questão política local deficiente. Fica evidente a contribuição do turismo rural nas dimensões econômica, social e ambiental. Conclui-se que o município tem potencialidades para desenvolver o turismo rural, superando as limitações existentes, tendo como exemplo exitoso a Caminhada na Natureza.

**Palavras-chave:** Atividade não agrícola, Alternativa de renda, Diversificação, Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This research discusses rural tourism as a complementary income-generating activity on the property and adding value to products, from the perspective of sustainable rural development. Its objective is to analyze the contribution of tourism to sustainable rural development in the municipality of Laranjeiras do Sul, through the characterization of inbound tourism, pointing out existing attractions; verifying whether the tourism activity located in the rural area of the municipality constitutes an alternative for generating employment and income for families, as well as analyzing the potentialities and limitations of the inbound tourism identified. The research has a descriptive and exploratory nature with characteristics of qualitative investigation, with the conduct of semi-structured interviews with key actors, representatives of public and private institutions of the municipality focused on rural areas and related properties/enterprises, interpreting the data through content analysis. The work has an introduction and theoretical framework to support the subject, bringing what sustainable rural development and rural tourism are in this context. It presents the role of public policies in the implementation of the activity. The results identified potentialities related to the beauty and natural resources of the municipality, as well as cultural and gastronomic resources and strategic location. Regarding limitations, the following were mentioned: the lack of awareness of the population regarding tourism activities and, mainly, the deficient local political situation. The contribution of rural tourism in the economic, social and environmental dimensions is evident. It is concluded that the municipality has potential to develop rural tourism, overcoming the existing limitations, with the successful example of the Nature Walk.

**Key-words:** Non-agricultural activity, Alternative income, Diversification, Public policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Eventos e alertas de advertência sobre a insustentabilidade dos processos de desenvolvimento convencional.....	15
Figura 1 - Sistema produtivo do turismo receptivo.....	22
Figura 2 – Diferentes tipos de turismo e sua definição.....	23
Figura 3: Terminologias para o turismo em áreas rurais.....	26
Figura 4 - Etapas do planejamento da oferta turística.....	28
Quadro 2 - Sistematização cronológica das políticas públicas de turismo no Brasil.	31
Quadro 3 - Evolução da gestão pública do turismo no Paraná de 1932 até 2013....	35
Quadro 4 - Atividades que caracterizam o turismo rural no Estado do Paraná.....	36
Figura 5 – Marca do Estado do Paraná para o turismo rural.....	36
Figura 6 - Regiões turísticas do Paraná .....	37
Figura 7 – Roteiro Turístico Lagos e Colinas .....	38
Figura 8 – Mapa da localização de Laranjeiras do Sul no Paraná.....	41
Quadro 5 - Potencialidades e limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul, segundo representantes de instituições voltadas para o rural.....	48
Quadro 6 - Declarações dos produtores/empreendedores rurais sobre os benefícios trazidos pelo turismo rural com a Caminhada na Natureza para a família.....	61
Figura 9 - Portal Estrada da Produção na entrada da comunidade do gramadinho, Laranjeiras do Sul – PR.....	67

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Ruralidade  
ACILS - Associação Comercial e Industrial Laranjeiras Sul  
ASSOLAR - Associação Laranjeirense dos Pequenos e Micro Produtores Rurais  
CADASTUR - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos  
CEPATUR – Conselho Paranaense de Turismo  
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CNC - Confederação Nacional do Comércio  
CNM – Confederação Nacional dos Municípios  
CNT – Conselho Nacional do Turismo  
CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu  
EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo  
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo  
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPDM – Índice Iparades de Desempenho Municipalização  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MTUR – Ministério do Turismo  
OMT – Organização Mundial do Turismo  
PA – Projeto Assentamento Federal  
PAA - Política de Aquisição de Alimentos  
PDTPR - Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PNT – Plano Nacional de Turismo  
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo  
PROMESO - Programa de Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Sub-regionais  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSE - Programa Saúde nas Escolas  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEDEST – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SETU – Secretaria do Estado do Turismo  
TBC – Turismo de Base Comunitária  
TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	13
2.2 O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	21
2.3 POLÍTICAS E PROGRAMAS QUE DERAM INÍCIO AO TURISMO RURAL NO BRASIL.....	29
2.4 TURISMO RURAL NO PARANÁ.....	35
3 METODOLOGIA.....	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
4.1 O TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL NA PERSPECTIVA DE AGENTES PÚBLICOS E ATORES CHAVES.....	45
4.2 O TURISMO RURAL EM LARANJEIRAS DO SUL NA PERSPECTIVA DE PRODUTORES/EMPREENDEDORES E O DESTAQUE PARA A CAMINHADA DA NATUREZA.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS.....	84
ANEXOS .....	91

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo, segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), (2001, p. 38), tem como definição o “movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, sendo as atividades criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”. Nesta perspectiva, o turismo abrange diversos prestadores de serviços e torna-se uma atividade multiplicadora da economia Ignarra (2003), pois envolve toda cadeia de prestação de serviços como transportes, alojamento, alimentação, comércio, espetáculos, incluindo o marketing turístico.

O turismo é classificado como receptivo e emissivo. O turismo emissivo ocorre quando residentes viajam para outro local, sendo as perspectivas de análises aquelas de onde provém o turista (OMT, 2001). Já o turismo receptivo se refere aos não residentes recebidos por um local de destino, sendo a recepção o ponto de vista desse espaço. Ainda segundo a OMT (2001) o turismo receptivo é o conjunto de bens, serviços, infraestrutura, atrativos etc., prontos a atender as expectativas dos frequentadores que adquiriram o produto turístico. Corresponde à oferta turística, pois é a localidade receptora e seus respectivos atrativos, bens e serviços a serem oferecidos aos turistas lá presentes.

Inserido no turismo receptivo está o turismo rural, o qual é definido como sendo “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2003, p. 11). Essa atividade turística vem crescendo em todo o mundo, desde a metade do século XX (OMT, 2015), sendo apontada como uma alternativa de diversificação econômica, com uso de práticas sustentáveis de lazer nas propriedades e espaços rurais. Esse tipo de turismo tem como enfoque atividades turísticas que visam valorizar, através do convívio entre turistas e indivíduos locais, as tarefas agropecuárias e o patrimônio cultural e natural do espaço (Ministério do Turismo, 2010).

Segundo Fucks (2005) o turismo rural se tornou uma oportunidade de trabalho para famílias em comunidades rurais, oferecendo fonte adicional de renda. Observa-se um aumento no número de pessoas que buscam o campo, motivadas pela crescente valorização do ambiente rural como espaço de moradia, descanso, lazer, reabilitação da saúde, contato com a natureza e vivências culturais. Áreas rurais, antes vistas apenas como locais destinados à agricultura, passaram a incorporar diversos aspectos que contribuem para o aumento da renda familiar.

O turismo rural pode desempenhar um papel significativo na promoção de melhorias no bem-estar e na qualidade de vida das famílias e comunidades que o praticam. O desenvolvimento rural está ligado à elevação da qualidade de vida das famílias que vivem no campo, algo que pode ser alcançado por meio do aumento de sua renda. Esse crescimento econômico, por sua vez, pode resultar em maior conforto, melhor qualidade de vida e maior bem-estar para essas populações (Fucks, 2005).

Um exemplo do que foi colocado acima, são os dados apresentados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, IDR (2024), sobre a Rota das Lavandas, um circuito turístico que inclui propriedades em Araucária, Carambeí, Londrina, Palmeira, Toledo e Umuarama. Este roteiro recebeu em torno de 55 mil turistas já no primeiro ano, tendo cada um deles despendido uma média de R\$ 40,00, o que promoveu uma circulação financeira superior a R\$ 2 milhões entre as seis propriedades integrantes do circuito. A oferta de produtos turísticos também gera reflexos na qualidade de vida e autoestima do produtor e sua família.

Nesse sentido Bastarz (2016), argumenta que o desenvolvimento rural supõe a criação de novos produtos e serviços, relacionados a novas formas de mercado, com redução de custos, novas tecnologias voltadas não apenas para a propriedade, mas para a região e para a economia rural na sua integralidade.

O interesse pelo tema desta dissertação surgiu a partir de experiências vivenciadas em passeios realizados pelo interior do município de Laranjeiras do Sul-PR. Durante esses momentos foi possível conhecer paisagens e lugares de belezas naturais marcantes, o que despertou o interesse no problema de pesquisa: Quais as potencialidades e limitações do turismo rural em Laranjeiras do Sul no contexto do desenvolvimento rural sustentável?

A pesquisa tem por objetivo geral analisar a contribuição do turismo para o desenvolvimento rural sustentável no município de Laranjeiras do Sul. Para tanto os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Caracterizar o turismo receptivo da região de estudo, apontando atrativos existentes; 2) Averiguar se a atividade turística localizada no espaço rural do município, constitui uma alternativa para geração de emprego e renda das famílias envolvidas na atividade; 3) Analisar potencialidades e limitações do turismo receptivo identificado na região sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Justifica-se a realização dessa pesquisa devido à carência de estudos relacionados ao turismo no espaço rural no Paraná, principalmente nos municípios que integraram o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (Krajevski, 2018). Estes municípios apresentam

Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal (IPDM) de classificação mediana na escala estadual. Laranjeiras do Sul tem o IPDM geral de 0,75, médio e IPDM de emprego e renda de 0,48, média-baixo (Iparides, 2017). Apesar da melhoria em alguns indicadores, como o IDHM, a referida região continua enfrentando dificuldades de emprego e renda e não consegue acompanhar o desenvolvimento socioeconômico paranaense (Theis e Krajevski, 2017).

A escolha desse município para realização da pesquisa, se deu pelo fato de a autora residir em Laranjeiras do Sul e ter conhecimento geral das belezas naturais deste. Soma-se a isto, a necessidade aparente de desenvolvimento das pequenas propriedades existentes na região. Neste sentido, por se tratar de uma região com área predominantemente rural, abundante em belezas naturais, o turismo rural pode ser atividade com potencial para contribuir com o desenvolvimento rural e regional.

Em relação à estrutura esta dissertação está organizada em introdução, referencial teórico no qual são apresentados conceitos para aporte na compreensão da dimensão da pesquisa. Adicionalmente, apresenta a metodologia que foi utilizada para alcançar os objetivos propostos, os resultados encontrados e discussões, assim como as considerações finais. Por fim são apresentadas as referências utilizadas e os apêndices.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção o conteúdo está apresentado em cinco subseções. A primeira versa sobre o desenvolvimento rural sustentável, constando juntamente conceitos importantes como os termos sustentabilidade e agroecologia. A segunda apresenta o turismo rural como alternativa de desenvolvimento sustentável. Na continuidade, são abordadas as políticas nacionais que deram início ao turismo rural no Brasil e como evoluiu o turismo rural no Paraná.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

Para Furtado (2000), o desenvolvimento abrange mudanças estruturais que ocorrem a partir de um determinado sistema de valores e de uma determinada estrutura social. Como o desenvolvimento é resultado de decisões tomadas por pessoas que ocupam posições privilegiadas no sistema, são esses que influenciarão todo o processo. A estrutura produtiva de uma sociedade é transformada ao se desenvolver, transformando também sua escala de valores, à medida que a renda cresce e o equilíbrio de forças tende a se alterar ao longo do tempo. O desenvolvimento é um fenômeno tão complexo que é preciso uma visão “global” sobre o processo de mudança social, combinando saberes de diversas áreas da ciência social em uma conceituação (Araujo, 2022).

Foi na década de 1960 que a consciência ambiental foi originada, acompanhada de questionamentos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, devido à crise ambiental. Na busca por um desenvolvimento mais racional, surgem movimentos de “contracultura” que buscam reduzir drasticamente os níveis de consumo, adotando-se estilos de vida mais simples ou naturais (Ehlers, 1999).

As conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, a partir de 1972, mostraram que tanto o modelo agrícola quanto o industrial ampliaram-se com base na ideia de que os recursos naturais eram infindáveis. O entendimento de que os graves problemas socioambientais enfrentados pelo meio rural não podem ser resolvidos apenas com o desenvolvimento tecnológico, parte do rompimento dos modelos convencionais de desenvolvimento e agricultura, seguida do desligamento da ideologia do conceito genérico de desenvolvimento sustentável gerado dentro dos próprios organismos internacionais de desenvolvimento (Moreira e Carmo, 2004).

O conceito de desenvolvimento sustentável vem da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado no ano de 1987, definindo o desenvolvimento

sustentável como sendo aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em atender as suas necessidades.

De acordo com o Relatório Brundtland (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 49), o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

Sevilla Guzmán (2001) traz que o conceito de desenvolvimento significa motivar as competências de uma característica, biológica ou sociocultural. Trata-se de alcançar um patamar mais elevado, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O aspecto quantitativo do desenvolvimento chama-se crescimento, isto é, o aumento de tamanho seja por meio de assimilação ou de acréscimo de material. A dimensão qualitativa do desenvolvimento refere-se aos aspectos subjetivos que permitem o avanço ou a obtenção de um alcance mais profundo, o que pode ocorrer sem a necessidade de crescimento.

Em resumo, entende-se que o crescimento econômico, por si só, não é sinônimo de desenvolvimento, nem deve ser considerado seu principal objetivo. Em outras palavras, a busca por resultados financeiros deve estar alinhada com outras premissas que, embora importantes, não podem ser quantificadas em termos estatísticos ou numéricos. Este é, talvez, um dos grandes desafios a serem superados na direção de defender uma visão integral e um entendimento mais abrangente dos fenômenos de desenvolvimento (Gregolin, *et al.*, 2019).

Caporal e Costabeber (2007) apresentam um resumo de estudos e conferências sobre o processo de desenvolvimento, nos quais é abordada a problemática da insustentabilidade do sistema convencional de produção e consumo, o qual foi baseado na Teoria da Mudança Tecnológica, a Teoria dos Insumos de Alto Rendimento e a Teoria da Difusão de Inovações (Quadro 1).

**Quadro 1 - Eventos e alertas de advertência sobre a insustentabilidade dos processos de desenvolvimento convencional**

<b>Ano</b>	<b>Obras/Eventos</b>	<b>Repercussões/Alertas</b>
1962	“Primavera Silenciosa” (Rachel Carson)	- Impactos dos Agrotóxicos (organo-clorados) sobre a saúde e o meio ambiente (cadeia tróficas).
1970 a 1972	Primeiro trabalho do clube de Roma -“Blueprint for survival” (Dennis e Donella Meadows). -“Limites do crescimento (Meadows et.al)	- Primeiros estudos oficiais (modelagem) - É impossível o crescimento econômico infinito com recursos naturais finitos. - Alertas para a necessidade de outro enfoque de desenvolvimento, menos agressiva ao meio ambiente.
1972	Conferência de Estocolmo	- Sociedades ricas “descobrem” a existência de um só mundo. - A culpa é dos subdesenvolvidos. - Criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).
1973	“Smaillisbeautiful” (E.F. Shumacher) Traduzido para “El pequeño es hermoso” e “O negócio é ser pequeno”	- O desenvolvimento pode ser sustentável se for baseado na pequena propriedade. É viável economicamente e mais integrado à natureza.
1974	Segundo trabalho do Clube de Roma “La humanidad ante La encrucijada” (MihanhjiloMesarovic)	- As crises atuais não são passageiras e suas soluções só podem ser alcançadas no contexto do sistema mundial. - A busca de soluções exige cooperação e a adoção de estratégias não tradicionais.
1976	Terceiro trabalho do Clube de Roma (Jan Tinbergen)	- As soluções requerem uma “nova ética global”, baseada na “cooperação”.
1980	Informe Global 2000 (encomendado pelo presidente Carter – EUA)	- Diagnóstico: a vida no planeta está ameaçada. - Conclusão: o modelo de desenvolvimento não é extensível. O estilo de vida do “norte” não pode chegar a todos, pois o planeta não suportaria.
1987	Informe Brundlandt (Nosso Futuro Comum) da CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)	- Conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável (proposições ainda centradas no crescimento econômico)
1992	Rio 92 (Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)	- Carta da Terra - Agenda 21 (Código de Comportamento par o século XXI) - Carta climática - Ações para evitar os efeitos da mudança em andamento. - Acordos sobre Biodiversidade.
1996	Conferência da Alimentação (Roma)	- FAO e Banco Mundial: há alimentos para todos. O problema é de distribuição e de capacidade de acesso aos alimentos. - Meta: reduzir a fome de 50% dos famintos até 2025.
1997	Rio + 5	- Alerta: “nada mudou”.
2002	Rio +10 (Conferência de Johannesburg)	- Retomada dos debates e avaliação dos resultados da Rio 92. - Problemas gerados pela globalização.
2012	Rio + 20 (Rio de Janeiro)	- Renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável; - Avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto; - Tratamento de temas novos e emergentes.

Fonte: Adaptado de Caporal e Costabeber (2007).

Conforme Furtado (1995), desenvolvimento é quando o homem usa sua capacidade criativa para descobrir suas próprias potencialidades enriquecendo seu universo particular, individual e essa riqueza se traduz em valores morais difundidos para o coletivo. São dois processos ocorridos, um é a técnica de descobrir formas de aumentar sua capacidade de ação e o outro são os valores estabelecidos na sua existência como forma de riqueza. Ou seja, não é acumular coisas materiais que significa uma sociedade desenvolvida e sim uma sociedade generosa, bondosa, ética que a torna desenvolvida.

Levando essa temática para a área rural, o conceito de desenvolvimento rural sustentável, segundo Costabeber e Caporal (2003), é a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita consonância com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos. Isso, porém, segundo os referidos autores, advém de mudanças graduais através de processos educativos e participativos da população rural, elaborando estratégias que abarquem o social, o econômico e o ambiental, com equidade e solidariedade.

Segundo Bezerra e Bacelar (2013) o rural brasileiro não é apenas agrícola, existem várias questões históricas, legais, ambientais e biomas locais que sugerem como as pessoas do campo se relacionam com a natureza. Além do trabalho e da sobrevivência, as pessoas mantêm interações entre si e com o meio ambiente, compondo espaços de vida, cultura e influência mútua.

A crescente diversificação das formas de uso da terra nos espaços identificados como rurais passam a concentrar diferentes funções e atividades, incluindo: turismo, serviços diversos, conservação da natureza e das paisagens, produção de energia, exploração mineral, local de moradia para pessoas não vinculadas a atividades agrícolas, entre outras (Delgado *et al.*, 2013, p. 153).

O rural passa a ser visto como universo que abrange uma ampla diversidade nas dimensões econômicas, sociais e culturais e não mais exclusivamente como um espaço relacionado a atividade agrícola (Cardona *et al.*, 2016). Concepção também apresentada por Graziano da Silva (1997, p. 43) para quem

(...) Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Para tanto, faz-se necessário dispor de estratégias que possibilitem o alcance da sustentabilidade. Costabeber e Caporal (2003) elencam algumas direções: optar pela agricultura familiar, apostar em novas formas de comercialização e a dimensão local do desenvolvimento, ou seja, identificar soluções na própria localidade.

Para melhor compreensão do conceito de desenvolvimento rural sustentável, têm-se os termos sustentabilidade e agroecologia, que são a base para a mudança de paradigmas. A agroecologia aparece, assim, como o meio pelo qual o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado, através de experiências produtivas em agricultura ecológica, elaborando propostas para ações sociais coletivas, permitindo a substituição de métodos de produção que caminhem para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (Guzmán Casado *et al.*, 2000).

A agroecologia acaba demonstrando a lógica predatória do modelo agroindustrial<sup>1</sup>, que é posto pelo agronegócio, o qual não se refere apenas ao crescimento econômico, mas à reprodução de um modelo que vai além de uma estratégia econômica pura, porém capaz de causar significativa concentração de terras e riquezas, segundo Delgado (2013), se “embasando na narrativa de necessidades de abastecimento alimentar, segurança alimentar e governança ambiental” (Baletti, 2014, p. 07), pressupõe a negação de direitos, tais como os direitos territoriais dos agricultores familiares, nações indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, aumentando lutas por terra e território (Sauer, 2012).

O ponto de partida da sustentabilidade visa um conjunto de princípios, valores, conhecimentos, práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento, bem como promover práticas que priorizem justiça social, com relações mais solidárias e responsáveis entre o ser humano e a natureza. Acarreta construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência, reduzindo a natureza à condição de objeto e o ser humano à condição de consumidor. A sustentabilidade implica em equilíbrio ativo entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de desempenhá-las, tendo uma grandeza ética iminente (Krajevski, 2018; COEPE, 2010).

De acordo com Rattner (1999), a sustentabilidade não pode provir apenas de um melhor equilíbrio e harmonia com o meio ambiente natural. Seus princípios estão

---

1 Padrão agrícola que se consolidou em muitos países latino-americanos, em especial no Brasil, após os anos 1960/1970, sob as seguintes linhas: a) integração vertical da economia, b) aumento da produtividade, c) aproximação da lógica agrícola de produção do padrão de acumulação industrial, d) reorientação das políticas públicas agrícolas para o eixo de desenvolvimento dos complexos agroindustriais, e) reforço da presença do Estado, como agente modernizador do campo (Girardi, 2008).

localizados em um relacionamento interno à sociedade, de natureza econômica, politicamente equilibrada e equitativa. Se a prioridade for a produtividade, concorrência e consumo individual, então as dimensões sociais e culturais de identidade pessoal, responsabilidade e solidariedade serão negligenciadas.

Para progredir na direção da sustentabilidade, é preciso mudar o significado de riqueza e progresso para que tenhamos uma visão de vida e de sociedade mais integrada e coerente. O mais importante avanço no conceito de sustentabilidade está na unanimidade, para cuja ocorrência é necessário democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente (Rattner, 1999).

Com uma nova abordagem de agricultura, Gliessman (2000) argumenta que a agroecologia oportuniza o conhecimento e a metodologia primordiais para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Surgida na década de 1970, a agroecologia é uma ciência revelada como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura não convencional (Hecht, 1989). Segundo Gliessman (2000), é uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir autorregulação e, conseqüentemente, sustentabilidade.

Assis (2006) argumenta que a agroecologia propõe alternativas para diminuir a destruição do ambiente natural pela agricultura, para o que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Utiliza-se de um enfoque científico, que tem suas próprias ferramentas, teorias e hipóteses, o que lhe permite empenhar-se na esfera dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados.

A estabilidade na natureza está profundamente ligada à diversidade, a qual a agricultura acaba por romper com este equilíbrio ao estabelecer uma simplificação do ecossistema original. Segundo Romeiro (1996), a consequência maior dessa simplificação, é a perda da capacidade de autorregulação natural, fazendo com que o equilíbrio e a estabilidade da agricultura se tornem dependentes do homem. Buscando a autorregulação dos agroecossistemas como forma de atingir a sustentabilidade, a agroecologia sobleva a importância dos parâmetros agronômicos e ecológicos, além

das questões socioeconômicas. Isso devido ao fato de que a agricultura, por mais que seja um processo ecológico, é um processo social, onde o desenvolvimento tecnológico seja instrumento para um desenvolvimento rural que atenda às demandas sociais e econômicas (Assis, 2006).

Seguindo essa direção, alguns conceitos são importantes na compreensão da sustentabilidade e da agroecologia na prática, tais como nutrição sustentável, ecoeconomia, educação ambiental e alimentar e políticas públicas em alimentação. No conceito de nutrição sustentável, são consideradas as interações multidimensionais na cadeia de abastecimento alimentar (Koerber *et al.*, 2017), sendo este um termo que se refere a todos os aspectos que envolvem a alimentação, desde os insumos, a produção, distribuição, consumo e até a destinação dos resíduos e tem por objetivo identificar perspectivas para os desafios da sustentabilidade. Existem 7 princípios que norteiam a nutrição sustentável, os quais consistem em priorizar (1) alimentos de origem vegetal; (2) alimentos orgânicos; (3) produtos regionais e sazonais; (4) alimentos minimamente processados; (5) produtos do comércio justo; (6) limpeza com economia de recursos; (7) cultura alimentar agradável.

Outro conceito importante ligado à sustentabilidade é ecoeconomia, que segundo Marsden (2013) se refere ao surgimento de redes complexas de empresas (pequenas e médias) com atividades econômicas viáveis que se apoderam de recursos ecológicos numa perspectiva sustentável e ecologicamente eficiente. Essas novas empresas são geradoras de energia renovável, de agroturismo, de empreendimentos sociais e coletivos, de processamento e abastecimento alimentar. Desse modo, essas empresas não resultam em uma redução líquida dos recursos e, sim, em benefícios cumulativos de agregação de valor aos produtos de cunho ecológico e econômico. Significa juntar esses benefícios ao desenvolvimento de novos produtos e de redes e cadeias de consumo locais ou regionais (Ploeg e Marsden, 2008). Neste sentido, a relação da ecoeconomia com o sistema agroalimentar está relacionada à “forma de agricultura sustentável localmente incrustada e baseada no uso multifuncional da terra, em princípios agroecológicos e em novas redes de produção-consumo” (Horlings e Marsden, 2011, p.149).

A ecoeconomia é guiada por processos reflexivos de aprendizagem social que tem como centro a tomada de decisão democrática e aberta, consideração das dimensões espaciais e de governança do desenvolvimento econômico, social e ambiental, abordando de forma equilibrada essas questões, bem como uma tendência às práticas deliberativas

e discursivas. Dessa forma, a ecoeconomia está fortemente ligada aos recursos locais e nas redes sociais que potencializam as iniciativas de base local, como ocorreu nos vários modos de uso multifuncional da terra e nas iniciativas agroecológicas (Kitchen e Marsden, 2009; Horlings e Marsden 2011).

O terceiro conceito considerado importante para compreender a sustentabilidade consiste na Educação Ambiental e Alimentar, sendo dois termos que estão intimamente conectados. No atual contexto socioambiental, a Educação Alimentar além de trabalhar aspectos ligados à saúde nutricional, vem tratando sobre o impacto ao meio ambiente que o comportamento alimentar pode causar (Garnett 2014; Triches e Schneider, 2015). Para mostrar a importância de alimentos saudáveis e sustentáveis, esse indicador utiliza-se de particularidades ligadas à agroecologia como ferramenta para auxiliar a conectar o consumidor ao produtor rural.

Com esse intuito são imprescindíveis as Políticas Públicas em Alimentação, que são Leis, Portarias, Programas, Projetos, Instruções Normativas, Planos, dentre outros instrumentos que regulam, incentivam ou propõem, ações em relação à promoção, distribuição, produção, comercialização, financiamento, expansão e disponibilização de alimentação suficiente para suprir as necessidades da população. Como exemplos de Políticas Públicas nesta perspectiva tem-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Saúde nas Escolas (PSE), a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Política de Aquisição de Alimentos (PAA) entre outras que colaboram na implantação de uma sociedade mais justa.

No viés de desenvolvimento rural sustentável se insere a atividade do turismo rural, em que as dimensões da sustentabilidade: social, cultural, ecológica/ambiental, territorial, econômica e política, citadas por Gregolin *et al.* (2019) e Sachs (2009), podem ser evidenciadas. É uma atividade que vem crescendo em todo o mundo desde a metade do século XX (OMT, 2015), apontada como alternativa de diversificação econômica, com uso de práticas sustentáveis de lazer nas propriedades e espaços rurais. Esse tipo de turismo tem como enfoque atividades turísticas que visam valorizar, através do convívio entre turistas e indivíduos locais, as tarefas agropecuárias e o patrimônio cultural e natural do território (Brasil, 2010).

## 2.2 O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Estudando a etimologia da palavra turismo, trazido por Fuster (1974), permite indicar sua procedência latina *tornus* (torno) como substantivo, e *tornare* (redondear, tornear, girar) como verbo. A ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, se deduz, claramente, de raiz comum, que origina *tornus* e *tornare*. O radical *tour* utilizado atualmente é influência francesa desde 1760.

Segundo Fuster (1974) a origem da palavra turismo é tida por vários estudiosos, incluindo o suíço Arthur Haulot, advinda da palavra *tur*, do hebreu, constante na Bíblia, que significa “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento”.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1994, formulou um conceito de turismo que passou a ser referência para a elaboração das estatísticas internacionais.

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38)

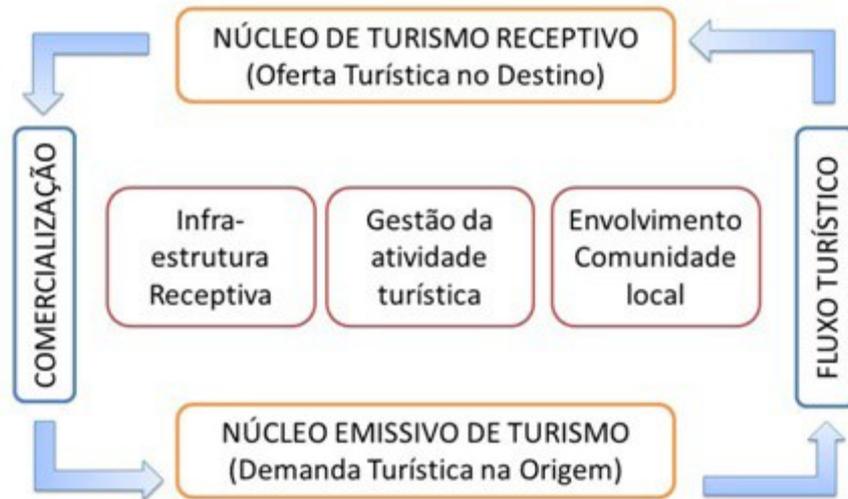
O turismo constitui-se sobretudo como um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos com o objetivo de prestar uma série de serviços a pessoas que planejam aproveitar o tempo livre para viajar, chamadas turistas ou excursionistas. Os finais de semana, férias, feriados prolongados são tempo disponível para o lazer que acaba incentivando muitas pessoas a aderirem ao turismo como uma necessidade vital para a qualidade de vida (Santos, 2010).

Segundo a OMT (2001), o turismo está relacionado diretamente com o terceiro setor, o de prestação de serviços, cujos produtos são consumidos associado a sua produção, exigindo-se, assim, padrões de qualidade que atendam e até mesmo superem as expectativas do visitante/consumidor. A atividade turística é formada por dois eixos, considerados centrais, sendo: o Turismo Emissivo e o Turismo Receptivo.

O turismo receptivo se relaciona a uma infraestrutura organizacional e logística voltada para elaboração e comercialização de produtos, com o intuito de apresentar os atrativos turísticos de uma cidade ou região, fazendo com que o núcleo receptor componha um conjunto de serviços planejados para atender o turista (Oliveira, 2000; Pelizzer, 2007; Matos, 2012). Vaz (1999, p.67) define turismo receptivo como um produto turístico decorrente de um “conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma

determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações”.

Figura 1: Sistema produtivo do turismo receptivo



Fonte: Adaptado de SEBRAE-SP (2011).

A estrutura da Figura 01 inclui os aspectos básicos do turismo receptivo que abrange hospedagem, transportes, alimentação, lazer/ recreação, atrações turísticas, recursos humanos (guias de turismo, motoristas, atendentes) e venda de produtos (artesanato, souvenir), além dos aspectos de governança na gestão da atividade turística, envolvendo o Governo (órgãos oficiais de turismo), a iniciativa privada (empresários do setor), entidades de classe e a participação da comunidade local (Pelizzer, 2007).

Já turismo emissor, segundo OMT (2001) é definido quando residentes viajam a outro país; fluxo de saída de turistas que residem em uma localidade.

Segundo Guerrero (2014) o turismo se classifica conforme as motivações que levam as pessoas a realizarem a atividade (Figura 2).

Figura 2: Diferentes tipos de turismo e sua definição.



Fonte: Adaptado de Mercado, 2021.

O turismo, de modo geral, é uma atividade que para funcionar depende do entrosamento de quatro grupos principais: o poder público, o empresariado, os profissionais e prestadores de serviços em turismo e a comunidade (Brasil, 2018). Cada grupo tem um papel para cumprir e fazer com que o sistema turístico atenda às expectativas dos visitantes. Toda a comunidade é beneficiada pelo setor do turismo, pois para cada emprego formal gerado pelas empresas ligadas diretamente ao turismo, criam-se nove trabalhos no mercado informal. Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos realizados nos hotéis, restaurantes, bares, áreas de diversões e entretenimento, industrialização de alimentos, artesanato, trilhas e passeios ecológicos. Assim, todo comércio local é beneficiado (Wandscheer e Teixeira, 2010).

Em contraponto ao que os autores acima expuseram, a atividade turística no espaço rural pode provocar alguns problemas, tais como: degradação ambiental; descaracterização da cultural local; o aumento do trânsito de pessoas e mobilidade populacional; o aumento da demanda por serviços públicos; a inclusão e exclusão de áreas e regiões, podendo ocasionar o êxodo rural; aumento da criminalidade; abandono das atividades agropecuárias; e apesar da valorização do território ser mencionado como ponto positivo, pode também ser negativo, pois traz o aumento do custo de vida das comunidades residentes e do preço das terras (Campanhola e Silva, 1999).

À vista disso, o turismo rural pode impulsionar o desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas pela própria comunidade, o controle dos processos de

desenvolvimento seja conduzido por sujeitos sociais locais e os benefícios sejam distribuídos entre as comunidades envolvidas (Pellin, 2006).

A atividade turística deve ser desenvolvida de maneira sustentável, como ferramenta de inclusão social, considerando de forma equânime os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais. Para que o turismo seja responsável e comprometido no processo de desenvolvimento, há que se adotar políticas com suporte na dinâmica local, no planejamento territorial e na gestão participativa, resultando no crescimento integrado do turismo sustentável (Atunorpi, 2018).

Conforme discorre Ruschmann (2000), o turismo sustentável deve aliar a dimensão econômica às dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais das propriedades abertas ao público, possibilitando que as pessoas desenvolvam meios de valorização de suas características e promovam a conservação e preservação de áreas naturais, valores e costumes tradicionais.

Para se pensar um planejamento, inclusive turístico, que busque realmente a sustentabilidade, não podemos nos limitar a analisar aspectos econômicos e/ou ambientais de dada região, mas sim pensar em toda a complexidade que faz com que uma região seja da forma e com as características que possui hoje. Sachs (1986) propõe quatro conjecturas que reúnem as ideias principais do desenvolvimento sustentável. A primeira hipótese enfoca as finalidades sociais do planejamento (priorizando as necessidades materiais e psicossociais da população local). A segunda busca a valorização da autonomia do processo de desenvolvimento regional pela ação da sociedade civil organizada (por meio de conselhos, por exemplo). A terceira prevê uma relação de simbiose com a natureza (o ser humano é parte da natureza e a natureza é o corpo inorgânico do ser humano). A quarta trata da eficácia econômica já que, sem viabilidade econômica, não há projeto que consiga se manter e desenvolver.

Nota-se, assim, a necessidade de planejar e trabalhar de forma harmônica e equilibrada, considerando os objetivos econômicos, ecológicos e sociais da comunidade e de seu território, de modo a dar suporte para um desenvolvimento que inclua todos os seus indivíduos (Gonçalves, 2008).

Oliveira (2019) menciona que, principalmente nos países em que o turismo está em ascensão, em que essa atividade tem grande importância econômica, ou seja, com um número significativo de estabelecimentos operando, a participação direta do governo é imprescindível. Não apenas na elaboração de políticas públicas e de um plano nacional de turismo, mas também na provisão de instalações, serviços de hospedagem e fundos

para financiamento nos níveis nacional, regional e local. Além disso, compete ao Estado restringir a competição injusta entre os prestadores de serviços turísticos, contribuir para aumentar a demanda, melhorar a qualidade do produto turístico, bem como a sua divulgação.

De acordo com Barros *et al.* (2008), a carência de infraestrutura e recursos humanos faz com que se perca a possibilidade de o Brasil estar entre os principais destinos turísticos do mundo. O relacionamento entre turistas e os destinos turísticos que traz ao setor a conveniência e a necessidade da aplicação dos conceitos de sustentabilidade, pois, turismo significa muitas vezes realizar sonhos, ficando a descoberta e a troca de conhecimentos partes integrantes desta experiência. Para isso, no entanto, é preciso que a oferta esteja estruturada para um receptivo sustentável e a demanda conscientizada para exercer o turismo responsável. Assim, segundo os referidos autores, é nesse aspecto que o Brasil precisa melhorar, pois mesmo tendo diversos fatores positivos que o tornem um país distinto, os fatores negativos acabam prevalecendo na avaliação e escolha final.

Dentre as modalidades de turismo, segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2003), o turismo rural é definido como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2003, p. 11).

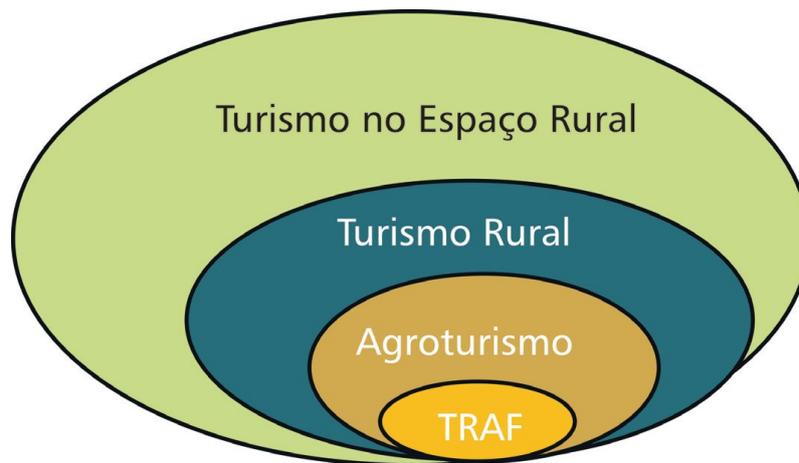
Silva *et al.* (1998, p.14) menciona a definição de turismo rural da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) a qual descreve como “atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de área intensamente urbanizada. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante voltada para práticas agrícolas e pecuárias”.

O turismo rural acontece em áreas rurais, onde também é desenvolvido de forma combinada com segmentos como o turismo cultural, ecoturismo, turismo social, entre outros. Em outras palavras, promover atividades relacionadas ao agroturismo, turismo rural e turismo rural na agricultura familiar (TRAF), significa atuar de forma complementar aos segmentos mencionados, uma vez que essas práticas podem estar integradas às suas atividades (Marques, et al., 2023).

De acordo com a figura 3, é possível perceber que o turismo no espaço rural abrange um escopo grandioso, seguido pelo turismo rural, que é mais direcionado. Enquanto atividades mais específicas são desenvolvidas pelo agroturismo e o TRAF.

Para Candiotto (2010), o turismo no espaço/áreas rurais são todos os empreendimentos localizados nesse espaço, mas que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural, não sendo assim considerado turismo rural. Por conseguinte, integra por exemplo o turismo rural, agroturismo, TRAF e outras experiências como o turismo ecológico, turismo cultural, turismo religioso.

Figura 3: Terminologias para o turismo em áreas rurais



Fonte: Lottici, 2003.

Segundo Marques, et al. (2023), o TRAF valoriza os elementos do cotidiano agrícola, agrega valor aos produtos rurais e oferece experiências turísticas. Ele pode ser visto como uma oportunidade para fixar a população no campo, ampliar os serviços oferecidos e promover maior envolvimento das famílias em diversas atividades. Além disso, é importante destacar o papel da agricultura familiar no cenário brasileiro e os novos processos que acompanham seu desenvolvimento, nos quais os agricultores familiares buscam alternativas para se reestruturarem.

No meio rural ocorreram mudanças nos últimos tempos que provocaram interesse por parte dos moradores da área urbana em relação à vida no campo, trazendo ressignificado para o rural. Esse fato é identificado pelos moradores da zona rural e visto como uma oportunidade econômica no campo (Cândido, 1975; Brandenburg, 2010). A modalidade de turismo rural é importante na geração de postos de trabalho e renda no meio rural (Brasil, 2003). O turismo rural possui como fundamento a valorização dos aspectos real e dos subjetivos do patrimônio, da paisagem e da cultura no meio rural. E esse valor promove o envolvimento das comunidades agrícolas em prol do desenvolvimento do turismo (Tulik, 2010).

Krahl (2003) menciona que, para o turismo rural se desenvolver, não são necessárias áreas que apresentem paisagens com recursos extraordinários. Para o turista é interessante perceber que ele se encontra fora do seu lugar rotineiro, dessa forma, a fauna, flora, topografia do solo, trazem as marcas da cultura e das comunidades residentes, tornando estes elementos atrativos pelo simples fato de se caracterizar como ambiente rural. De acordo com Cunha (2008), os estímulos turísticos baseiam-se, sobretudo, na natureza, história e cultura, todavia, são a base ou os coeficientes naturais que originam a composição e organização da maior parte dos destinos turísticos.

Segundo Oliveira (2002), a movimentação para planejar o projeto turístico rural circunda sete fases: inventário, diagnóstico, prognóstico, estudo de mercado, estudo da viabilidade econômica, formatação do produto e plano de marketing. O autor salienta que o empreendedor precisa ser capaz de entender o processo de planejamento para poder listar os recursos e o interesse da demanda, prever materiais, equipamentos e infraestrutura necessários para proporcionar atividades recreativas, internas e externas, adequadas aos diferentes públicos-alvo da atividade.

Os autores supracitados ressaltam que planejar o turismo rural de forma metódica e detalhada, analisando o desenvolvimento local, de baixo para cima, construído a partir dos agentes locais, das potencialidades socioeconômicas da comunidade, é a forma apropriada para o desenvolvimento do turismo na aplicação de propostas sustentáveis, pois viabiliza melhores condições para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade (Barros *et al.*, 2008).

Dentro da concepção do planejamento, a figura 4 serve como base para conhecer e transformar propriedades em atrativos e produtos turísticos, de forma sustentável.

Figura 4: Etapas do planejamento da oferta turística.

INVENTÁRIO			
<b>COLETA DE DADOS</b> Caracterização Geral do Município Caracterização da Oferta Turística Caracterização dos Atrativos Turísticos			
DIAGNÓSTICO			
Analisar os recursos apurados no inventário turístico			
<b>ANÁLISE EXTERNA:</b> • Ameaças • Oportunidades		<b>ANÁLISE INTERNA:</b> • Pontos Fortes • Pontos Fracos	
PLANO DE AÇÃO			
<b>OBJETIVO</b> Desenvolver o que se quer alcançar	<b>METAS</b> Formuladas em função de objetivos distintos	<b>ESTRATÉGIA</b> Maneira de se aproximar da situação desejada	<b>DIRETRIZES</b> Guia de ações a ser seguido
CONTROLE E GERENCIAMENTO			
Processo de crítica por meio do qual se determina se os objetivos estipulados foram atingidos e, caso contrário, descobrir por que motivo não foram alcançados.			

Fonte: Santos e Custódio (2012).

Utilizar áreas rurais para o turismo é cogitado como sendo um aparato de desenvolvimento rural, valorizando as especificidades do local e contribuindo para impulsionar a renda da agricultura familiar (Gomes *et al.*, s.d. vol 4). Contudo, desenvolver o turismo rural requer superar inconvenientes como infraestrutura precária no meio rural, fraca habilidade profissional, falta de preparo de agências e operadoras para lidar com o setor, falta de legislações e regulamentação específicas (Campanhola e Graziano da Silva, 2000). Além disso, é preciso ter em mente que a atividade turística não é a tábua de salvação, pode trazer aspectos negativos, como aumento de tráfego de pessoas e automóveis, maior produção de lixo, maior necessidade de saneamento, aumento do custo de vida devido à inflação de preços da prestação de serviços, mudança na paisagem local, mudanças dos costumes, principalmente por parte dos mais jovens. Esses pontos devem vir à luz da discussão e levados em conta para que possam ser evitados ou mesmo superados.

Conforme Almeida e Riedl (2000), o turismo rural sustentável é uma atividade complexa que permite a integração do homem com o ambiente natural. Para que esse serviço seja prestado a contento, faz-se necessário capacitação e qualificação da mão de obra,

melhorias na infraestrutura, programas de divulgação e conscientização, legislação adequada, conhecimento científico, entre outros.

Outro conceito importante para ampliar o leque nessa discussão é o turismo de base comunitária – TBC, que surge como reivindicação das comunidades para que estejam inseridas na cadeia produtiva do turismo, podendo participar e se beneficiar da atividade, e encontra espaço de expansão pela tomada de consciência de que lazer e turismo podem ser associados a prática de responsabilidade social (Guzzatti, et al., 2013).

Sampaio (2010), corrobora com o assunto sobre turismo de base comunitário, escrevendo que neste tipo de iniciativa

(...) não se busca somente equidade na distribuição dos ingressos econômicos. Tudo está condicionado ao desejo e à capacidade de acolher visitantes (turistas) – e não o inverso – com resguardo cultural, possibilitando conhecer um outro modo de vida, com os conhecimentos tradicionais que lhe são inerentes, distanciando do padrão urbano consumista. De qualquer maneira, não existe o aprimoramento econômico tantas outras vezes apresentado pelo princípio – a satisfação dos clientes é nosso maior desejo -, e sim a busca da convivialidade, a primazia da troca solidária distanciada do interesse calculado (p. 109).

Como exemplo desse tipo de turismo tem-se como exemplo segundo Guzzatti, et al. (2013), o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, fundada no Brasil em 1999, no território das Encostas da Serra Geral, no Estado de Santa Catarina. A Acolhida é reconhecida pelo Ministério do Turismo como uma referência nacional no segmento de turismo rural e tem sido destaque em várias reportagens na mídia nacional, o que exerce grande influência na atração de visitantes para os municípios rurais (Guzzatti, et al., 2013).

Evidencia-se assim que esta atividade demanda aprofundar os estudos relativos ao Brasil, uma vez que o país conta com um potencial considerável neste setor que, se for bem aproveitado, poderá promover várias formas de desenvolvimento, sendo uma delas a complementaridade entre o turismo rural e as demais atividades agrícolas e não agrícolas, que podem incrementar a renda da população rural (Almeida e Riedl, 2000).

### **2.3 POLÍTICAS E PROGRAMAS QUE DERAM INÍCIO AO TURISMO RURAL NO BRASIL**

As primeiras atividades de turismo rural no Brasil, como atividade econômica, destacam o município de Lages, em Santa Catarina, onde em 1986 teriam surgido as primeiras propriedades rurais abertas à visitação. Desde então a atividade passou a ser designada como turismo rural e considerada como oportunidade pelos proprietários, que

buscavam alternativas às dificuldades que o setor agropecuário enfrentava (Brasil, 2010; Riva e Bertolini, 2017).

A partir do final de 1990, as particularidades assertivas do turismo rural foram amplamente difundidas no país, fazendo com que um relevante número de empreendedores, em todas as regiões, investisse nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional ou sem o embasamento técnico necessário (Brasil, 2010; Kloster e Gonçalves Cunha, 2014). Em virtude das atividades de turismo rural já se fazerem presentes em diversas regiões do Brasil, em 1998 realizou-se o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, onde foi elaborada “A Carta de Santa Maria”. O documento reconhece o turismo rural como atividade socioeconômica relevante para os produtores rurais e assinala a necessidade de normatização específica, de capacitação, associações e parcerias (UFMS, 1998).

O turismo como um todo no país começou efetivamente a ter a devida importância para os gestores quando políticas públicas foram implementadas, como a criação do Mtur (Ministério do Turismo) em 2003, Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), CNT (Conselho Nacional de Turismo), Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), PNT (Plano Nacional de Turismo), Lei Geral do Turismo. Na esfera Estadual do Paraná foi constituída a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, que passou a se chamar Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest), Autarquia Paraná Turismo, Política Estadual de Turismo, Plano Estadual de Turismo, Conselho Paranaense de Turismo – CEPATUR (Paraná, 2022).

Isso pode ser notado com a publicação em 17 de setembro de 2008 da Lei Federal nº 11.771 a qual define o turismo como instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção da diversidade cultural e preservação da biodiversidade. Consoante com a Política Nacional de Turismo, o poder público, obedecendo aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da horizontalização, deve atuar, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como fator de conservação do patrimônio natural e cultural brasileiro. Assim, promovendo não apenas desenvolvimento sustentável, distribuição de renda e redução das discrepâncias sociais e econômicas de ordem regional, mas também envolvendo concretamente as propriedades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (Oliveira, 2019; Araújo, 2012).

A referida lei propõe a ampliação dos fluxos turísticos, a promoção e o aprimoramento do produto turístico brasileiro; o estímulo à criação, à consolidação e à difusão dos produtos e destinos turísticos nacionais, tendo em vista beneficiar, principalmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social, mediante o incentivo à criação de negócios autônomos e de leis facilitadoras para o fortalecimento do setor (Oliveira, 2019; Araújo, 2012; Carvalho, 2016). Apesar disso, Lacay (2012) cita em seu trabalho que não se verificou nenhuma orientação, diretriz ou plano específico para o segmento do turismo rural no Brasil até 2003. Neste ano foi lançada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) uma linha específica para o turismo rural na agricultura familiar, denominada Pronaf Turismo Rural (Schneider, Cazela, Mattei, 2021).

A nível Federal, em 2009 foi criado pelo Ministério da Integração Nacional o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Regionais - PROMESO, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de estruturas produtivas locais (IPEA, 2023).

No ano de 2016, a participação direta do turismo na economia atingiu US\$ 56,8 bilhões o equivalente a 3,2% do PIB nacional. Já o contingente total do setor somou US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB. No ano de 2019, o ICV-Tur – índice da pesquisa produzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em parceria com a Cielo – registrou o melhor desempenho do setor desde 2017, com aumento de 2,2% no faturamento real ante o ano anterior, totalizando R\$ 238,6 bilhões (Brasil, 2018).

Em 2022, via Portaria MTUR nº 51, o Governo Bolsonaro apresentou uma proposta de incentivo aos empreendedores, que consiste no Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Este fundo tem por meta financiar a reforma e modernização de empreendimentos turísticos, proporcionando recursos em busca da promoção do turismo nacional (Ministério do Turismo, 2023).

Para melhor demonstrar cronologicamente as formulações das políticas públicas de turismo no Brasil, Lopes e Netto (2021) com base em publicações de outros autores, atualizaram os dados relevantes nos últimos anos, conforme exposto no quadro 2.

Quadro 2 - Sistematização cronológica das políticas públicas de turismo no Brasil.

Período	Ano	Presidente	Descrição
↳	1934	Getúlio Vargas	Decreto nº 24.163, que instituiu a Comissão Permanente de Exposições e Feiras e deu outras providências.

Continua

Vargas	1938	Getúlio Vargas	Decreto-Lei nº 406, sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
	1939	Getúlio Vargas	Criação da Divisão de Turismo, órgão do então Departamento de Imprensa em Propaganda, que tinha a finalidade fomentar os estudos das questões relativas ao turismo nos estados do Brasil.
	1940	Getúlio Vargas	Decreto nº 2.440, sobre a obrigatoriedade do registro para funcionamento de agências de viagens e turismo, e a autorização para a realização de viagens coletivas e excursões.
Período Democrático	1956	JK	Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar os problemas de turismo no Brasil.
	1958	JK	Decreto nº 44.863 que criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) atribuindo-lhe a função de planejamento do turismo em nível nacional.
	1959	JK	Subordinação direta da COMBRATUR à presidência da República.
	1961	JK	Criação da Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.
	1962	JK	Decreto nº 572 que extinguiu a COMBRATUR.
Ditadura Militar	1966	Castelo Branco	Definição de um Sistema Nacional de Turismo que aponta as diretrizes para a política nacional de turismo e criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), regulamentados através do Decreto nº 55.
	1968	Costa e Silva	Sansão do Decreto nº 406, estipulando o imposto sobre serviço de qualquer natureza, que incide sobre quase todos os setores turísticos, eventos, agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo, transportes e meios de hospedagem.
	1971	Médici	Decreto nº 1.191, que regulamentou o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), gerido pela EMBRATUR e destinado a prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo.
	1972	Médici	Destinação de recursos para a formulação da Política Nacional de Turismo.
	1974	Geisel	Decreto-Lei nº 1.376, que criou do fundo de financiamento de projetos de desenvolvimento turístico, do Fundo de Investimento Setorial (FISSET), utilizado sob a supervisão da Embratur para ações em áreas específicas do setor turístico.
	1977	Geisel	Lei nº 6.505 que regulamentou as atividades e serviços turísticos e estabeleceu condições de funcionamento e fiscalização e; Lei nº 6.513, que estabeleceu critérios para a conservação do patrimônio natural e cultural como valor histórico, em resposta aos compromissos gerados na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972).
	1980	João Figueiredo	Decreto-Lei nº 84.910 e Decreto Lei 84.934, sobre o processo de regulamentação da atividade do turismo no Brasil; Decreto-Lei nº 84.910, que regulamentou os meios de hospedagem, restaurantes e acampamentos turísticos e; Decreto-Lei nº 84.934, sobre o registro, as atividades, os serviços e o funcionamento das agências de viagens.
	1982	João Figueiredo	Decreto-Lei nº 87.348, sobre a prestação de serviços de transporte turístico de superfície.
1984	João Figueiredo	Decreto-Lei nº 89,707, sobre regulamentação e operação das empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, seminários, convenções e eventos congêneres.	

Continua

Nova República	1986	José Sarney	Decreto-Lei nº2.294, que encerrou o intervencionismo estatal extinguindo o registro obrigatório das empresas turísticas e tornando livre o exercício da atividade turística no Brasil, baseado nos princípios da livre-iniciativa e da Livre concorrência.  Continua
	1987	José Sarney	Embratur lança um novo produto no mercado, o turismo ecológico, colocando no catálogo brasileiro regiões antes não exploradas pela atividade turística como o Pantanal e a Amazônia.
	1988	José Sarney	Constituição Federal, e seus artigos: 6º - sobre os princípios do direito ao lazer, 24 - sobre a proteção ao patrimônio turístico e da responsabilidade por danos a bens e direitos de valor turístico e, 180 - sobre o compromisso que a União os Estados e municípios tinham em promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
	1991	Fernando Collor	Lei nº 8.181, que deu nova denominação à Embratur, passando a chamar Instituto Brasileiro de Turismo, transformada em autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.
	1992	Fernando Collor	Decreto-Lei nº 448 que regulamentou dispositivos da lei 8.181/91 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, sob coordenação e execução da Embratur.
	1993	Itamar Franco	Lei 8.623 e Decreto nº 946 sobre o reconhecimento e regulamentação da profissão de Guia de Turismo.
	1994	Itamar Franco	Lançamento do programa Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, resultado do trabalho integrado do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e do Ministério do Meio Ambiente e; lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em acordo com as políticas federais de descentralização, com coordenação exercida pela Embratur.
	1995	FHC	Apresentação da Política Nacional de Turismo 1996/1999, com recomendações no sentido de estimular a descentralização da gestão, o fortalecimento de órgãos estaduais e municipais, a municipalização do turismo, e a terceirização de atividades para o setor privado
	1998	FHC	Criação do Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.794-8.
	2003	Lula	Criação, pela Lei nº 10.683, do Ministério do Turismo, que incorporou a Embratur, e criou uma organização administrativa do turismo, ficando a Embratur responsável promoção e marketing do produto turístico brasileiro; a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo pelo planejamento e articulação e; a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo pela implantação de infraestrutura turística. A mesma Lei também criou o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo.
	2003	Lula	Apresentação do primeiro Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003/2007.
	2004	Lula	Decreto-Lei nº 4.898 que transfere competências da Embratur para o Ministério do Turismo e Decreto-lei nº 5.203 que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério.
	2004	Lula	Substituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo pelo Programa de Regionalização do Turismo, colocando a atividade turística como elemento chave para o desenvolvimento regional.
	2005	Lula	Decreto-Lei nº 5.406, que regulamentou o cadastro obrigatório para fins de fiscalização das empresas prestadoras de serviços turísticos no país
2007	Lula	Apresentação do Segundo Plano Nacional de Turismo: Uma viagem de Inclusão 2007/2010  Continua	

Nova República	2008	Lula	Lei nº 11.771, conhecida como "Lei Geral de Turismo", que define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor do turismo. Ficando revogadas as Leis nº 6.505/77 e o Decreto-Lei nº 2.294/86 e dispositivos da Lei nº 8.181/91. <span style="float: right;">Continua</span>
	2013	Dilma Rousseff	Apresentação do terceiro Plano Nacional de Turismo: O turismo fazendo muito pelo Brasil 2013/2016.
	2013	Dilma Rousseff	Reformulação do Programa de Regionalização do Turismo e apresentação do Mapa do Turismo Brasileiro
	2018	Michel Temer	Apresentação do quarto Plano Nacional de Turismo: Mais emprego e renda para o Brasil 2018/2022.
	2019	Jair Bolsonaro	Incorporação ao Ministério do Turismo a Secretaria Especial da Cultura, criada após a extinção do Ministério da Cultura.
	2020	Jair Bolsonaro	Medida Provisória nº 907 que extingue o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e, para substituí-lo, cria a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, denominada Nova Embratur. <span style="float: right;">Conclusão</span>

Fonte: Lopes e Netto (2021).

Até o final de novembro de 2022 o Brasil registrou a entrada de aproximadamente 3,1 milhões de viajantes vindo de outros países, correspondendo a uma alta de 316% comparado com o total recebido no ano de 2021. Segundo dados disponíveis no Banco Central do Brasil, o volume de recursos gastos pelos turistas estrangeiros chegou à marca de US\$ 4 bilhões no ano de 2022. Um resultado significativo em termos de retomada do turismo, se comparado aos dois anos anteriores. O setor havia registrado gastos de US\$ 2,9 bilhões e de US\$ 3 bilhões ao longo de 12 meses em 2021 e 2020, respectivamente (Embratur, 2022).

Além do volume de recursos gerados, a natureza dos bens e serviços ofertados pelo setor turístico se configura não apenas por requerer menor investimento para a geração de postos de trabalho, mas também por estimular, direta ou indiretamente, inúmeras outras atividades econômicas, como transporte, produção de alimentos etc., além de ser considerada uma atividade com menor potencial de danos ao meio ambiente (Oliveira, 2019).

De acordo com o Panorama Empresarial de Turismo Rural (2010), o Brasil encontra-se na quarta posição mundial quanto ao desenvolvimento da atividade do Turismo Rural, superado apenas para Espanha, Portugal e Argentina, respectivamente. São Paulo é o maior destino de Turismo Rural no Brasil, com 122 municípios que possuem produtos rurais em crescimento, porém novos destinos apresentam-se com destaque pelo empreendedorismo como é o caso do Rio Grande do Norte e Piauí. Diante de um cenário de inúmeros empreendimentos, o Turismo Rural no Brasil está em pelo menos 18 dos Estados da Federação, incluindo o Paraná.

Conforme o panorama histórico exposto, este demonstra que etapas importantes já ocorreram, porém um longo caminho ainda precisa ser percorrido para a solidificação de uma política pública realmente eficiente para o desenvolvimento integral e sustentável do turismo e principalmente do turismo rural no Brasil. É preciso que de fato haja uma gestão descentralizada, que leve em consideração as particularidades e iniciativas de cada região.

## 2.4 TURISMO RURAL NO PARANÁ

No Estado do Paraná o órgão responsável pelo turismo passou por várias transformações até chegar ao status de Secretaria. No quadro 3 é possível visualizar a evolução da gestão pública do turismo nesta unidade da federação.

Quadro 3 - Evolução da gestão pública do turismo no Paraná de 1932 até 2013.

Período	Vinculação e estrutura de gestão pública do turismo
1932-1945	Diretoria de Turismo como parte do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – DEIP, no governo de Manoel Ribas
1945-1953	Com a extinção do Estado Novo, o DEIP passa a ser denominado Departamento Estadual de Informações (DEI).
1953-1966	A Divisão de Turismo passou a ser vinculada à Câmara de Expansão Econômica (CEE) e subordinada à Secretaria do Governo do Estado.
1966-1969	Departamento de Turismo fica vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas.
1969-1974	Primeira lei para criar um órgão de turismo, a Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) e Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR), Lei n. 5.948/69.
1974-1983	PARANATUR vincula-se à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEIC).
1983-1986	PARANATUR vincula-se à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.
1986-1989	PARANATUR volta a ser vinculada à SEIC.
1989-1991	Extingue-se a PARANATUR, que é transformada em uma Diretoria de Turismo, na Fundação de Esporte e Turismo (FESTUR), vinculada à Secretaria Especial de Esportes e Turismo.
1991-1995	As fundações são transformadas em autarquias, no Governador Roberto Requião.
1995-2001	As autarquias Paraná Turismo e Paraná Esporte passam a ser vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo (SEET) no governo Jaime Lerner.
2001-2002	A autarquia Paraná Turismo voltou a ser vinculada à Secretaria de Estado da Indústria do Comércio e do Turismo (SEIT), por extinção da SEET.
2003-2013	Criada a Secretaria de Estado do Turismo (SETU/PR), composta por Paraná Turismo, ECOPARANÁ, Centro de Convenções de Curitiba e Conselho de Turismo do Estado do Paraná.
2013	Extingue a Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria de Estado do Esporte e cria a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, com as vinculadas: - Paraná Turismo; - Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE; e - Centro de Convenções de Curitiba

Fonte: Adaptado a partir de documentos internos da SETU e de documentos oficiais (leis e decretos).  
Elaborado por Battistuz (2014), com base em documentos (leis e decretos).

Foi após a criação da Secretaria de Estado do Turismo (SETU) que o planejamento do turismo no estado do Paraná começou a ser elaborado, sendo lançado o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná (PDTPR) 2003-2007 e o 2008-2011, elaborado pela coordenação do Conselho de Turismo do Paraná. Além disso, criou-se a lei estadual nº 15.143/2006, ainda vigente, na qual são estabelecidos os tipos de atividades que caracterizam o turismo rural na agricultura familiar, os quais são diversificados, envolvendo atividades agrícolas, para agrícolas (processamento e beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal) e não agrícolas. Para uma melhor visualização, no quadro 4 constam estas atividades.

Quadro 4 - Atividades que caracterizam o turismo rural no Estado do Paraná.

Comercialização de produtos alimentícios in natura de origem local
Comercialização de produtos transformados, de origem animal e vegetal
Comercialização de Artesanato, com aproveitamento de produtos de origem vegetal, animal ou mineral
Produção Rural, onde as atividades produtivas são utilizadas como atrativos (pomares, vinícolas, pesque-pagues, agricultura orgânica, etc)
Educação Ambiental
Serviços de Lazer: atividades relacionadas às práticas físicas e passeios (rios, cachoeiras, bosques)
Serviços de Alimentação (restaurantes e cafés coloniais)
Serviços de Hospedagem (pousadas e hospedarias)
Serviços Ambientais em Áreas Naturais (Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Reserva Particular)
Arredores da Unidade Familiar
Patrimônio Histórico (igrejas, construções históricas), folclore, artes
Centros de Pesquisa Tecnológica
Eventos diversos promovidos em comunidades e/ou propriedades familiares

Fonte: PARANÁ (2022).

Em 2008 foi criada a "Marca Paraná" (Figura 5) e as marcas para as 14 Regiões Turísticas do Paraná, resultado de um trabalho de desenvolvimento e construção participativa (CEPATUR, 2016).

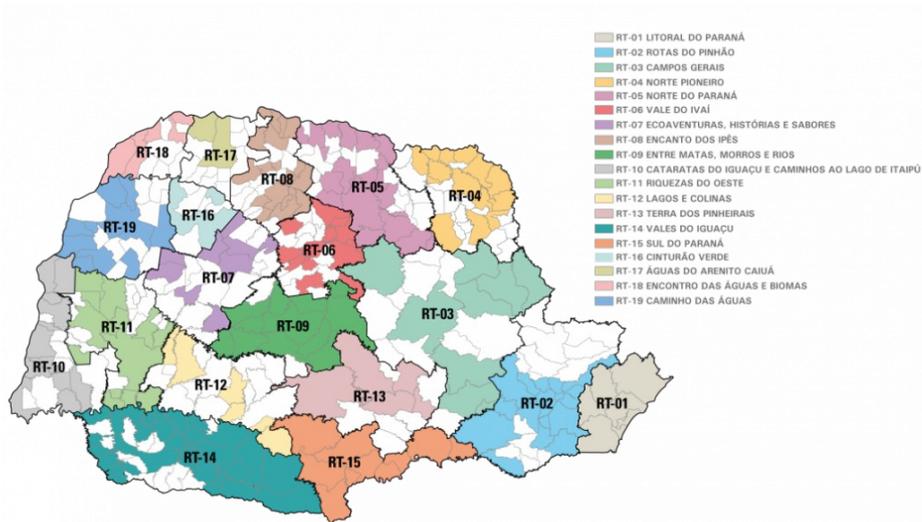
Figura 5: Marca do Estado do Paraná para o turismo.



Fonte: Conselho Paranaense de Turismo - CEPATUR (2016 p. 27).

O Estado do Paraná está dividido em 19 regiões turísticas, conforme pode ser visualizado na Figura 6, São elas: Litoral do Paraná; Rotas do Pinhão; Campos Gerais; Norte Pioneiro; Norte do Paraná; Vale do Ivaí; Ecoaventuras, histórias e sabores; Os encantos dos Ipês; Entre matas, morros e rios; Cataratas do Iguaçu e caminhos ao lago de Itaipú; Riquezas do Oeste; Lagos e Colinas; Terra dos pinheirais; Vales do Iguaçu; Sul do Paraná; Cinturão verde; Águas do arenito caiuí; Encontro das águas e biomas; Caminho das águas (Paraná Turismo, 2024).

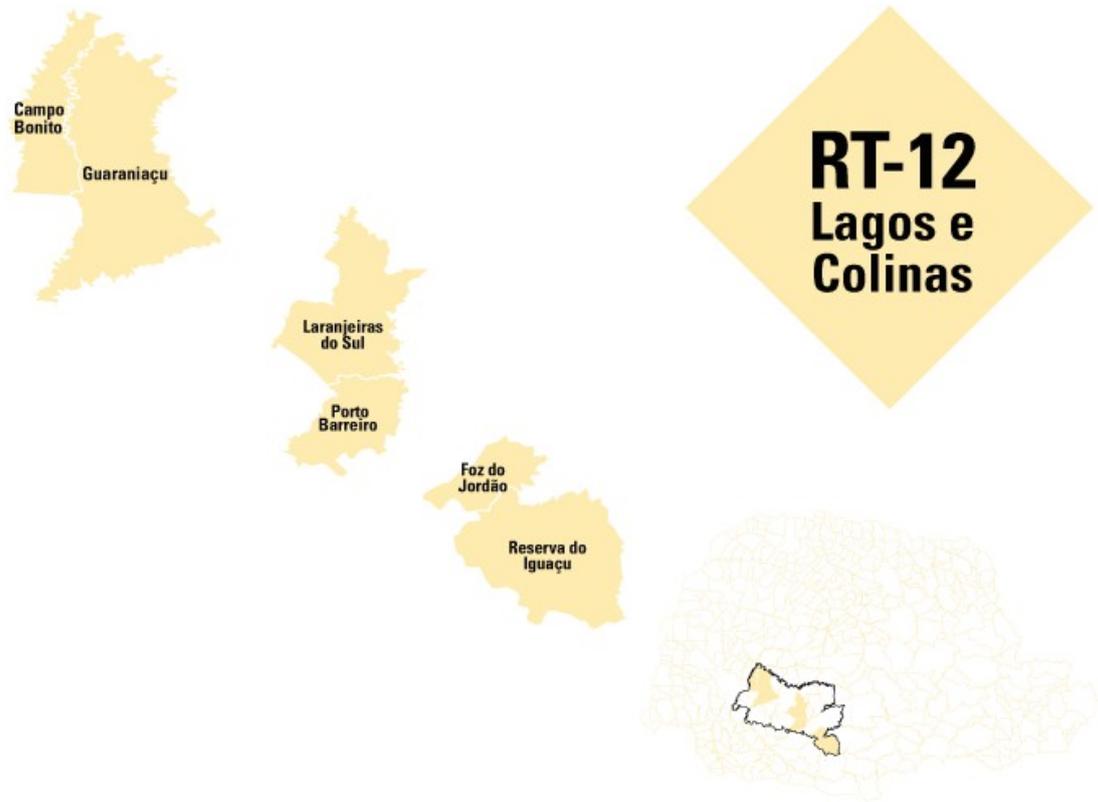
Figura 6: Regiões turísticas do Paraná.



Fonte: Sebrae, 2024

O município de Laranjeiras do Sul, conforme a Figura 7, está inserido na região dos Lagos e Colinas, região margeada pelo rio Iguaçu, que conta com inúmeras hidrelétricas e seus lagos, os quais favorecem a prática de esportes náuticos e a pesca esportiva, além de recantos de lazer nas represas de Foz de Areia, Salto Osório e Salto Santiago. A transformação ocorrida no território está bem representada no Museu Regional do Iguaçu, localizado no município de Reserva do Iguaçu, que possui um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná. A região também concentra reservas indígenas e oferece belas paisagens como a do Horto Florestal, na Vila de Faxinal do Céu, no município de Pinhão, e rica agricultura familiar. Outro destaque é a Festa Nacional do Charque no município de Cândói, com seu ponto alto na gastronomia, além de atividades artísticas e feira agropecuária (Paraná, 2016).

Figura 7: Roteiro turístico Lagos e Colinas



Fonte: Sebrae, 2024

Ainda que o turismo rural no Brasil seja mais desenvolvido em estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, essas normas, projetos e ações, indicam o estado do Paraná como um dos mais ativos no tocante a elaboração e execução de políticas públicas estaduais para o turismo rural na agricultura familiar (Candiotto, 2013). Exemplo disso são as leis que regulamentam a Rota do Vinho (Lei Nº 19.151/17) que envolve 36 municípios dos quais 12 estão no Sudoeste, nove no Oeste, seis na Região Metropolitana de Curitiba, dois no Sul, Centro-sul e Norte e um município fica no Noroeste. Também a Rota dos Tropeiros (Lei Nº 19.141/17) que acontece em 22 cidades, nos Campos Gerais. Outras atividades exemplificadas a nível estadual são a Caminhada Peregrina Caminho Terra do Sol, a qual consiste em 110 km entre Cascavel a Boa Vista da Aparecida; a Caminhada na Natureza e Rotas Cicloturísticas que acontecem em 35% dos municípios do estado.

Segundo Werneck e Pinheiro (2018), o Paraná é atualmente um dos principais meios de entrada de turistas estrangeiros e com alta demanda interna – somando aproximadamente 14 milhões de viajantes. No Plano de Turismo do Estado do Paraná

2012-2015 constam como aspectos favoráveis para o desenvolvimento do turismo, a atratividade das regiões turísticas e a disponibilidade de bens e serviços, tanto pelas condições do turismo no País, quanto pela posição estratégica do Estado. Como um dos pontos desfavoráveis menciona-se, no mesmo documento, o baixo desenvolvimento de destinos turísticos.

No ano de 2016 foi lançado o Masterplan – direcionamento estratégico Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente, no âmbito do CEPATUR (Conselho Paranaense de Turismo) para atualização do Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015. Neste documento constam como temas a serem trabalhados, no processo de construção, natureza, cultura e economia (ATUNORPI, 2018). O programa Paraná Turismo vem desenvolvendo ações junto aos municípios paranaenses com o objetivo de consolidá-los turisticamente, desenvolvendo ações como a Municipalização e Regionalização do Turismo, o PRODETUR (Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo), a Política de Turismo do Paraná em 2008, a Hierarquização dos Municípios Turísticos, o Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015, e, mais recentemente, a definição do Mapa do Turismo Brasileiro. Segundo ATUNORPI (2018), todas estas foram ações que movimentaram os municípios do Paraná, indicando o turismo, inclusive aquele voltado para o rural, como uma possibilidade de atividade econômica que poderá auxiliar no desenvolvimento econômico municipal.

Conforme Santos (2016) o estado do Paraná é considerado nacionalmente por seus roteiros turísticos consolidados, como os vários presentes na região metropolitana de Curitiba, desenvolvidos por órgãos públicos de turismo e/ou organizações não governamentais para promover os produtos turísticos existentes no espaço rural.

Werneck e Pinheiro (2018) evidenciam que o turismo rural na Agricultura Familiar do Paraná será fortalecido através da capacitação e o planejamento participativo, propiciando assim desenvolver programas e projetos para seu estabelecimento. O desenvolvimento do artesanato, em todas as suas formas de demonstração, converteu-se sustentável, sendo menos impactante ambientalmente na forma negativa, com a redução e racionalização na extração dos recursos da floresta nativa. Os autores citam diversos roteiros, como as Rotas do Café e dos Tropeiros, Rota do Queijo, o Circuito Doce Iguassu e o Turismo Náutico ao longo do Rio Paraná, tendo em conta casos consolidados no Estado por meio da criação e fortalecimento de consórcios intermunicipais. Diferentes maneiras de associativismo e parcerias contribuirão para dar suporte a esses processos.

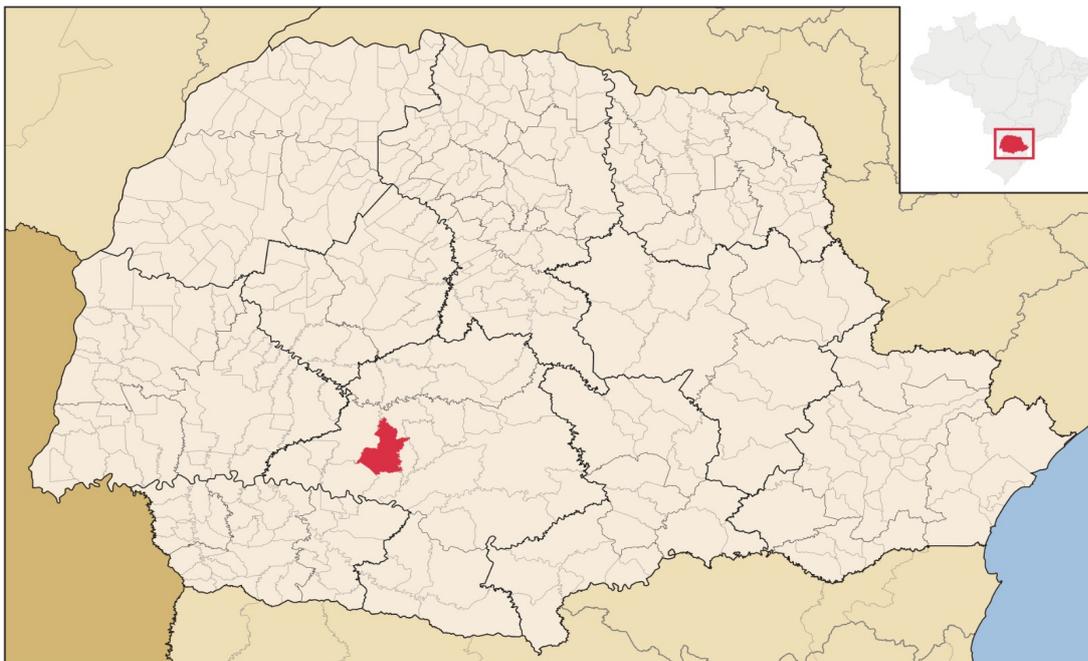
Neste contexto, se faz importante estudar as potencialidades e limitações do turismo em locais como Laranjeiras do Sul, que está situada em uma região que apresenta diversos desafios a serem superados para que as condições econômicas e sociais de sua população possam ser melhoradas.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são descritos os procedimentos utilizados na coleta e análise dos conteúdos obtidos. É detalhado onde ocorreu o estudo, quando, como, com quem e para qual finalidade.

A pesquisa aconteceu no município de Laranjeiras do Sul, localizado no Estado do Paraná (Figura 8), e se caracteriza como exploratória, sendo o tema escolhido pouco explorado na região especificada. Foram realizadas investigações através de leituras sobre turismo rural e experiências realizadas em outras regiões, conversas e visitas a eventos e roteiros turísticos do município.

Figura 8: Mapa da localização de Laranjeiras do Sul no Paraná



Fonte: Wikipédia.org (2022)

Segundo Sampieri *et al.* (2013), análises exploratórias servem para familiarizar o pesquisador com o assunto, oferecendo subsídios para realização de uma pesquisa mais profunda relacionada com uma conjuntura particular, pesquisar novos problemas, detectar conceitos ou sugerir afirmações e pressupostos.

Este trabalho também tem caráter descritivo pois descreve atributos de determinada população ou fenômeno (Gil, 1994). Se valeu de métodos como a pesquisa bibliográfica em periódicos científicos e a pesquisa de campo para obter os dados necessários para atingir os objetivos.

Este estudo tem abordagem qualitativa, de modo que a definição da amostra buscou atender aos objetivos da pesquisa. Para tal, procurou-se identificar atores que pudessem ser os sujeitos essenciais, para esclarecer o assunto em foco (Triviños, 1990).

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, mediante utilização de roteiros semiestruturados (apêndice A), os quais foram baseados no estudo realizado no município de São Joaquim-SC no ano de 2002 (Bathke, 2002). Segundo Triviños (1990), as indagações básicas são resultado da teoria que nutre a ação do pesquisador, bem como da informação colhida sobre o assunto. As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo que na primeira o alvo foram atores chave que conhecem, deveriam conhecer ou tem relações com o tema do turismo, sendo estes integrantes de órgãos governamentais e não governamentais. Na segunda etapa, foram entrevistados agricultores/empreendedores que desenvolvem atividades turísticas em suas propriedades.

Cabe mencionar que as entrevistas permitem a realização de um processo de retroalimentação em que a informação que o emissor obtém do receptor serve para avaliar os resultados da transmissão, ou mesmo esclarecer pontos conflitivos ou divergentes.

O período de realização das entrevistas foi de fevereiro a maio de 2024, iniciando com os representantes das entidades públicas voltadas para o meio rural do município. Foi entrevistado um representante de cada uma das seguintes instituições: a) Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR (antiga EMATER); b) Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB; c) Coordenação Estadual de Turismo Rural; d) Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; e) Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação; f) Administração Municipal; g) Associação dos municípios da região Cantuquiriguaçu; h) Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul - ACILS.

Em relação aos produtores/empreendimentos foram realizadas visitas às propriedades, com agendamento prévio por telefone. Entrevistou-se um total de oito propriedades, sendo cinco produtores rurais, indicados pelo IDR do município como proprietários que trabalham com turismo rural, e três empreendimentos que não são

produtores rurais. Para preservar o anonimato dos(as) produtores(as) rurais entrevistados(as), estes foram identificados no texto com a letra “E” seguido de um número (E1, E2... E8).

Durante as entrevistas, foi fundamental criar um ambiente de confiança para que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências e opiniões de maneira aberta e honesta, sendo informado do que se tratava a pesquisa e qual seria a contribuição da parte deles. A condução das entrevistas requer habilidades interpessoais, paciência e uma escuta atenta, permitindo que o entrevistador obtenha informações ricas e detalhadas.

As entrevistas foram gravadas, na sua maioria, e depois transcritas, sendo coletada assinatura de todos os entrevistados no Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE. Os procedimentos adotados no presente estudo estão de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS, aprovado sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 75326523.0.0000.5564.

Esta pesquisa apresenta cinco características básicas que configuram este tipo de estudo (Triviños, 1990):

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente como fonte natural de dados e o pesquisador como principal instrumento;
- Os dados coletados são predominantemente descritivos, os resultados são expressos em narrativas, ilustrados com declarações das pessoas, fragmentos de entrevistas etc.;
- Enfatiza mais o processo que o produto (como o problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos, nas instalações cotidianas);
- Preocupa-se em retratar a perspectiva do participante e
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Em relação aos resultados, foi utilizada a análise de conteúdo para interpretar os dados coletados. Segundo Moraes (1999), esta metodologia é utilizada para descrever e interpretar a natureza e a essência de todo tipo de comunicação. Segundo Bardin (1977), o sustentáculo da análise de conteúdo pode basear-se em material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, tais como material escrito, podendo ser agendas, diários, cartas, respostas a questionários, a testes, jornais, livros, anúncios publicitários, panfletos, cartazes, textos jurídicos, literatura, comunicações escritas trocadas dentro de uma empresa. Também pode vir de material oral como: entrevistas, exposições,

discursos; Icônico: sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, pintura etc. Outra forma é através dos códigos semióticos (isto é, tudo o que não sendo linguístico, pode ser portador de significações): música, dança, vestuário, posturas, gestos, comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia, arte, mitos, estereótipos.

Sobre as limitações desta pesquisa, é importante esclarecer que os resultados apresentados são baseados no conteúdo obtido a partir das entrevistas. Em relação ao número de empreendimentos que participaram da pesquisa, cabe ressaltar que estes foram as sugestões efetuadas pelos atores chave, o que não significa serem os únicos que atuam nesta atividade. A pesquisa se limitou a estas entrevistas em virtude do tempo disponível para deslocamentos e dos recursos para a realização da pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a caracterização do município de Laranjeiras do Sul e os resultados das entrevistas, sendo que primeiramente trará as realizadas com atores chaves das instituições voltadas para o rural no município de Laranjeiras do Sul e, na sequência, as entrevistas com os representantes das propriedades/empreendimentos do município no segmento turismo rural.

### 4.1 O TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL NA PERSPECTIVA DE AGENTES PÚBLICOS E ATORES CHAVES

O município de Laranjeiras do Sul foi fundado em 30 de novembro de 1946, desmembrado de Guarapuava pelo Decreto-Lei estadual nº 533, sob a denominação de Iguaçu. O nome Laranjeiras passa a ser utilizado devido aos habitantes originários da região, os indígenas pertencentes à tribo kaingangue, os quais denominavam o local como “nerinhê”, significando laranja. Apesar de o município ter sido criado com o nome de Iguaçu<sup>2</sup> a população continuava a chamá-lo de Laranjeiras. Em vista disso, tornou-se necessário mudar o nome de acordo com a vontade da população e em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 2, de governador do Estado do Paraná, o senhor Moisés Lupion, foi mudado para Laranjeiras do Sul (Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul, 2024).

Laranjeiras do Sul foi a capital do Território Federal do Iguaçu, o qual foi criado pelo Decreto-Lei lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e extinto em 18 de setembro de 1946, pela Constituição daquele ano. A capital deste território era Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul, que tinha uma extensão territorial de quase 8.000 km<sup>2</sup>, fazendo parte da história da formação e povoamento dessa região, estando diretamente vinculada a questões sociais e culturais desse povo (Ferreira, 2006).

O Território Federal do Iguaçu, embora tenha existido por um breve período (1943-1946), exemplifica como o passado influencia o presente. As regiões Oeste e Sudoeste do Paraná têm uma história marcada por conflitos de fronteira, como a disputa entre Brasil e Argentina na Questão de Palmas, o conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina durante o movimento do Contestado, e as mais recentes tentativas de criação do Estado do Iguaçu. Esses eventos integram a identidade histórica da região e permanecem na

---

2 Anteriormente era denominado Xagú.

memória coletiva dos paranaenses, apesar de serem pouco conhecidos pela população e haver escassa pesquisa sobre o tema (Priori, et al. 2012).

Da área original de Laranjeiras do Sul foram emancipados, desde os tempos de capital do Território Iguaçu, doze novos municípios: Guaraniaçu, Campo Bonito, Diamante do Sul, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Ibema e Porto Barreiro (Jornal Correio do Povo, 2022).

Localizado na região Centro Sul do Paraná, o município na atualidade possui área total de 673,688 km<sup>2</sup>, estando em uma altitude de 840 metros, com uma população de 32.227 habitantes, apresentando densidade demográfica de 47,84 hab/km<sup>2</sup>, segundo IBGE (2022). Apresenta um IDHM de 0,706 considerado médio (IPARDES, 2024).

O município de Laranjeiras do Sul tem sua grande maioria de habitantes na área urbana, correspondendo a 81% dos moradores, tendo apenas 18% da população na área rural. Apresenta uma população indígena, localizada na Comunidade Passo Liso, formada por 28 famílias e ainda não é oficializada porque se trata de um Acampamento Indígena (Laranjeiras do Sul, 2022).

Dentro da distribuição territorial de Laranjeiras do Sul estão presentes assentamentos de reforma agrária, sendo cinco registrados: PA Ireneo Alves dos Santos, PA Terceira Conquista da União, PA 8 de Junho, PA Bugre Morto e PA Passo Liso (INCRA, 2022). Os municípios limítrofes são Virmond, Marquinho, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu e Porto Barreiro (IPARDES, 2024).

Na agricultura são produzidas culturas temporárias (amendoim, aveia, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo e triticale) e algumas culturas perenes (bananeira, laranjeira, videira e silvicultura). A pecuária é outra atividade praticada, incluindo a bovinocultura de leite e de corte, equinos, suínos e galináceos. Além destes, outros itens da produção animal estão presentes, como casulo do bicho da seda, lã, mel de abelha, ovos de codorna, ovos de galinha e peixes de vários tipos (IPARDES, 2024).

A topografia do município apresenta variações de relevo, onde predominam “as classes suave ondulado e fortemente ondulado, representando em torno de 70% da área do território” (CONDETEC, 2009, p.07). Segundo a mesma fonte, o clima classifica-se como subtropical ou mesotérmico. O tipo de solo predominante é o basalto e o regime de chuvas é bem distribuído durante todo o ano.

De acordo com dados do ViajeParaná (2024) Laranjeiras do Sul conta com os seguintes pontos turísticos: Santuário Nossa Senhora da Aparecida, Paróquia Santana

(Matriz), Biblioteca Pública Municipal, Museu da Erva Mate Laranjeiras (obras de recuperação), Cine Teatro Iguassú, Praça do Cinquentenário, Praça da Bíblia. Alguns lugares para passeios e diversão também são citados, como a Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassú, parque aquático Lago Alcindo Natel de Camargo, estes na área urbana do município. Na área rural constam lugares como a Toca do Leão, Lind'Água, Pesca na Ilha e a Cachoeira do Rio do Tigre. Há ainda outros atrativos, inclusive o túnel, passarela e viaduto da Ferroeste (localizado na ferrovia que liga o Oeste paranaense ao Porto de Paranaguá, e atravessa Laranjeiras do Sul na comunidade de Colônia União e Passo Liso) que são mencionados. A visão é da grande estrutura do viaduto e do túnel, que possui mais de 400 metros de extensão (Anexos A, D, E, F). Ainda é mencionado o Morro das Torres, um dos pontos mais altos da região, o local proporciona uma vista para toda a cidade e, com a ajuda de equipamentos, é possível avistar vários municípios da região (Anexos B, C). O Morro das Torres também é apropriado para a prática de rapel e voos de parapente.

O município também conta com outras iniciativas, como o Inverno Gastronômico, um evento que faz parte do Projeto Estação Gastronômica, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater (IDR-Paraná), que colabora na organização de festivais sazonais em todas as regiões do estado visando incentivar o turismo, a agroindústria local e a cultura paranaense. Laranjeiras do Sul sediou as três primeiras edições do evento, depois Pitanga e neste ano de 2024 será em Manuel Ribas a sétima edição (Paraná, 2024).

A lista dos parágrafos anteriores considera diversas alternativas turísticas que existem no município, mas na pesquisa aqui relatada o foco foi identificar potencialidades e limitações em relação ao turismo rural do município de Laranjeiras do Sul. Para alcançar os objetivos propostos, conforme já relatado na seção da metodologia, foi realizada uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas aplicadas à representantes de instituições públicas e atores chaves da cidade além de produtores e empreendedores que foram mencionados pelos atores chave.

No município localiza-se diversas instituições públicas, as quais fazem parte do denominado primeiro setor<sup>3</sup> da sociedade organizada, dentre essas existem as voltadas

---

<sup>3</sup> Segundo Tachizawa (2007), o Primeiro Setor constitui-se de organizações da administração direta (federal, estadual e municipal), órgãos da administração indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista; autarquias, fundações, estatais e afins. Verifica-se que as organizações que compõem o atual modelo de administração pública se mostram muitas vezes incompatíveis e ineficazes frente às demandas sociais. Contemporaneamente, o Estado, tem assumido novas formas de atuação, buscando e fortalecendo "parcerias", e a terceirização de serviços em conjunto com outros setores da sociedade. Esse

para o rural. Como o foco do estudo foi buscar compreender o estado da arte do turismo rural em Laranjeiras do Sul, foram selecionadas para as entrevistas instituições que possuem relações com o meio rural. As instituições pesquisadas foram o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR (antiga EMATER); Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul – ACILS; Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB; Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação; Administração Municipal; Coordenação Estadual de Turismo Rural; Associação dos municípios da região Cantuquiriguaçu. Dentre estas, duas possuem vínculo direto com turismo (Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação; Coordenação Estadual de Turismo Rural), e as demais têm vínculo indireto, porém, são diretamente ligadas ao desenvolvimento rural.

As entrevistas com os representantes destas instituições foram realizadas pessoalmente, com a ida da mestranda até o endereço combinado previamente. O principal objetivo dessas entrevistas era identificar potencialidades e limites para o turismo rural no município de Laranjeiras do Sul. No quadro 5 estão apresentadas as respostas obtidas a partir dos representantes de cada instituição.

Quadro 5: Potencialidades e limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul, segundo representantes de instituições voltadas para o rural.

Instituição/ator chave	Potencialidades	Limitações
ACILS – Associação Comercial e Empresarial de Laranjeiras do Sul	Riquezas naturais, trilhas, morros, voos livres; Apicultura, embutidos, erva mate; Pesque e pague.	Despreparo da cadeia (produtores e gestão); Falta investimento local (seja financeiro, técnico, suporte, infraestrutura); Não há secretaria própria para o setor (sem projetos locais); Despreparo dos munícipes em receber turistas.
IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná	Estadia, alimentação, café rural, trilhas, cavalgadas; Caminhada na Natureza; Agroindústria.	Pouca ou nenhuma utilização de linhas de crédito;
SEAB – Secretaria do Estado da Agricultura e	Lagos, cachoeiras; Localização (BR 277) <sup>4</sup> .	Despertar da população para este nicho; Iniciativa e dedicação.

setor é caracterizado principalmente por três fatores, sendo eles: estabelecimento pelo voto democrático, financiamento público e, por conseguinte, ter como fim principal a manutenção dos interesses da população.

4 A rodovia federal transversal do Brasil, a BR 277, denominada uma das mais extensas rodovias. Essa rodovia corta do estado do Paraná no sentido leste-oeste, ligando o Porto de Paranaguá, Curitiba, Campo Largo, Irati, Palmeira, Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel e Foz do Iguaçu. A rodovia



potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita consonância com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos. Isso só ocorre depois de mudanças graduais por meio de processos educativos e participativos da população rural, elaborando estratégias que abarquem o social, o econômico e o ambiental, com equidade e solidariedade.

Conforme a entrevistada da Coordenação Estadual de Turismo Rural do Estado, esta atividade vai ao encontro do que se almeja no desenvolvimento rural sustentável, sendo uma alternativa de renda e uma atividade moderna e contemporânea que estimula os jovens a ficarem na propriedade. O turismo rural traz uma perspectiva de trabalhar a autoestima, a motivação das pessoas, das famílias, da qualidade de vida, da interação, de repovoar e dar visibilidade para as comunidades. Ainda segundo esta entrevistada, a atividade de turismo contribui para o desenvolvimento rural sustentável pois abrange as três dimensões, a econômica, a social e a ambiental, fortalecendo a agricultura familiar e todo seu entorno.

A questão de oportunizar renda para as famílias, alcançando a dimensão econômica do tripé da sustentabilidade, é tratada com bastante ênfase pelos entrevistados, incluindo a questão da sucessão familiar, inserção e permanência do jovem na propriedade, como relata a entrevistada da Secretaria Municipal de Agricultura:

A geração de renda no meio rural é fundamental para garantir a satisfação das pessoas em suas localidades. Nesse contexto, é importante destacar a relevância das agroindústrias familiares, como as pequenas agroindústrias de origem animal (salame, queijo e mel) e vegetal (geleias, mandioca, panificados e demais produtos coloniais), além da produção de artesanatos, como formas de levar dinheiro para o campo. Quando uma propriedade rural possui atividades rentáveis, observa-se maior tendência de sucessão familiar, com os filhos envolvidos nas atividades e permanecendo na propriedade. Como exemplos temos a agroindústria de embutidos, onde os filhos mais velhos trabalham com o pai, e a agroindústria de mandioca, onde a filha mais velha também participa das atividades. Assim, a geração de renda está diretamente relacionada à qualidade de vida e à realização pessoal dos moradores rurais (Entrevistada da Secretaria Municipal de Agricultura).

O turismo rural também alcança a dimensão ambiental, sendo uma atividade na qual os impactos negativos no ambiente são quase inexistentes e quando ocorrem são passíveis de corrigir/evitar, segundo a entrevistada do IDR. Ela relata que o turismo rural tem impacto positivo na economia da propriedade e, conseqüentemente, na localidade e no município, com oferta de produtos e alimentos da agricultura familiar. A atividade proporciona aos frequentadores o contato com a natureza, a possibilidade de conhecer como é feito/produzido/trabalhado em uma propriedade rural, contato com animais e

culturas diferentes. Isso pode se tornar um gatilho para a valorização e importância da preservação. Ainda de acordo com a entrevistada do IDR, os proprietários precisam estimular o turista a terem práticas que conservem a natureza e protejam as áreas que estão visitando, com destinação apropriada para todo o tipo de lixo produzido.

A atividade turística estimula os proprietários a manterem o local limpo, protegido, bem cuidado para que seja agradável a visita aos turistas. Da parte dos turistas, por sua vez, na medida em que tem contato com o meio ambiente, aumentam as chances de despertar o instinto de cuidado, para que aquela preciosidade que estão desfrutando no momento se mantenha à sua disposição. Isso é corroborado por Riva e Bertolini (2017), os quais descrevem que o desenvolvimento e a preservação ambiental de regiões são induzidos pelo turismo rural, representando uma importante função desse segmento.

A entrevistada da Coordenação Estadual de Turismo Rural do Estado destaca que um dos principais impactos ambientais com a presença do turista é a questão da produção de lixo. Mas, como o turismo rural tende a ser uma atividade mais seletiva, geralmente com pequenos grupos que visitam, trata-se de um público menor que não chega a causar impacto tão forte, podendo esse ser controlado, pelo menos ali no local, com a limpeza, coleta e destinação correta do lixo. A orientação para os produtores é que se utilize o máximo de produtos da propriedade, evitando industrializados, diminuindo assim as embalagens, lixo e contaminação. O ponto positivo do turismo rural em relação à dimensão ambiental, ainda segundo a entrevistada da Coordenação Estadual, é a possibilidade de as pessoas/turistas manterem contato direto com a natureza e todo seu entorno, verificando *in loco* a importância da preservação, o que se torna ainda mais relevante quando o público é infantil.

Outro fator trazido pela entrevistada da Coordenação Estadual de Turismo Rural sobre a dimensão ambiental é a quantidade e a qualidade da água consumida nas propriedades turísticas, pois a demanda por esse item aumenta com a introdução da atividade de turismo. A recomendação é a realização de proteção das fontes e dos rios com mata ciliar na maior extensão possível, para que a água não seja contaminada nem ocorra sua escassez.

Segundo Parra, Silva e Chehade (2006), o turismo rural contempla a preservação do ambiente, fazendo parte da estrutura atrativa da propriedade. O turismo rural desenvolve atividades voltadas para a sustentabilidade, para resguardar e envolver a população residente, para preservar os recursos naturais e culturais, envolvendo instituições públicas e empresas privadas e gerar renda.

Os entrevistados também mencionaram a questão social do turismo rural, alcançando o terceiro eixo da sustentabilidade. Nas palavras da representante da Coordenação Estadual de Turismo Rural do Estado:

O turismo rural pode fazer isso, de levar pessoas pra lá e essa questão de entrar nas propriedades faz com que as pessoas interajam, conversem, convivam. Uma outra contrapartida do turista é que ele valoriza, elogia as coisas que ele gosta lá no turismo rural, então isso mexe com a autoestima das famílias que recebem. Esse é um dos principais pontos positivos que eu vejo do turismo rural, essa interação, toda a troca do turista com a família. Isso tem feito muito bem para as pessoas que moram lá no meio rural. Tem feito mexer muito com a questão da autoestima delas. Então acho que isso a gente nem consiga computar no financeiro, mas o efeito que causa na saúde, na qualidade de vida das pessoas, é importante, consistindo em um aspecto bem positivo aí.

A questão da autoestima dos proprietários e o protagonismo dos agricultores foi trazida pelos entrevistados, alcançando a dimensão social, principalmente na organização coletiva, a qual acontece na comunidade de Gramadinho, onde segundo a representante da Secretaria Municipal da Agricultura, a comunidade está organizada e formaram a ASSOLAR (Associação Laranjeirense dos Pequenos e Micro Produtores Rurais). Por meio da organização em associação, os associados conseguiram captar recurso do governo do Estado, a fundo perdido, com o programa Coopera Paraná<sup>5</sup>, bem como recursos municipais pelo programa dinheiro direto nas comunidades<sup>6</sup>.

Esta referência trazida pela representante da Secretaria Municipal de Agricultura é corroborada por Mello (2007), que relaciona a dimensão social da sustentabilidade à capacidade de solucionar ou minimizar as necessidades básicas das pessoas, como a oferta de alimentação adequada, vestuários confortáveis e boa qualidade de vida, entendida como a capacidade que o grupo possui para escolher e avaliar suas ações. Gomes (2004) adiciona a distribuição igualitária de bens, habilidades e oportunidades na dimensão social da sustentabilidade, apontado como ponto forte no turismo rural.

A constituição de associações de agricultores é amplamente defendida e incentivada como uma alternativa eficaz para solucionar problemas comuns por meio da cooperação mútua. Essas associações conseguem atuar de forma localizada, com uma estrutura simples e enxuta, o que facilita a gestão associativa (Lengler *et al.*, 2007). A

<sup>5</sup> Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Paraná (Coopera Paraná) é uma ação governamental com o objetivo de fortalecer as organizações cooperativas como instrumentos para melhorar a competitividade e a renda dos agricultores familiares (Paraná, 2023).

<sup>6</sup> O Programa Dinheiro na Comunidade, criado pela lei 025/2017, beneficia entidades sem fins lucrativos do município por meio de aplicação de recursos financeiros direto nas associações que atendam seus critérios. Ao receber o montante solicitado, os próprios moradores auxiliados por agentes do programa realizam a compra dos materiais solicitados com detalhada prestação de contas. Após a entrega de cada etapa, as entidades ficam aptas para receberem um novo auxílio (Jornal Correio do Povo, 2023).

organização associativa tem várias funções importantes, incluindo a eficiência do esforço coletivo, o aumento do rendimento do grupo, a redução do esforço individual, a divisão do trabalho e das operações, a promoção da integração do grupo e o estímulo à interdependência entre os membros da organização (Barros, 1994).

Remodelar a participação individual para um trabalho em grupo e comunitário funciona como um 'catalizador', um mecanismo que aumenta a capacidade produtiva e comercial de todos os associados, colocando-os em uma posição mais favorável para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e o uso de uma estrutura comum permitem explorar o potencial de cada membro, resultando em maior retorno pelo trabalho realizado (Lengler *et al.*, 2007).

Em relação às limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul, conforme é possível visualizar no quadro 5, os entrevistados apontaram vários aspectos. No que tange à população, foi mencionada a falta de visão sobre a possibilidade de ofertar e demandar turismo como um nicho de mercado.

A entrevistada do IDR referiu-se à questão de os proprietários despertarem para o turismo rural, dizendo que precisam querer abrir a porta para os turistas, evidenciar as atividades econômicas características da agricultura, mostrar seu modo de vida rural, seu patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade ao turista. Para tanto, citou exemplos de atividades como estadia, alimentação, café rural, trilhas, cavalgadas, que a propriedade precisa se equipar para oferecer e receber os turistas, sendo o visual bonito e limpeza do local indispensáveis.

Outro relato quanto a limitação descrita acima, veio do entrevistado da SEAB, revelando que “no município há bastante pontos a serem explorados (lagos, cachoeiras). A dificuldade está nas pessoas quererem encabeçar e se dedicarem e buscarem a implantação, despertarem para a atividade”. Porém cabe à assistência técnica promover essa motivação e implementação do turismo rural, pois conforme os entrevistados, dificilmente vai partir dos próprios agricultores esse despertar para a atividade.

O desenvolvimento sistematizado do turismo rural depende do poder de união dos envolvidos em organizações, sejam municipais, regionais, estaduais ou federais, as quais devem se comprometer com os interesses comuns, prestando assistência e orientação, fiscalizando e também criando, acompanhando e espalhando novas tecnologias e informações (Brasil, 2003).

Na mesma direção foi a fala da entrevistada da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação do município. Ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas na implantação de projetos na área, mencionou que o olhar da população rural para transformar sua propriedade para receber visitação turística ainda não foi despertado, se tornando uma limitação para implantação da atividade. A entrevistada ainda destacou que o município não possui nenhuma política pública implantada na área do turismo, sendo importante o

Compromisso contínuo com políticas públicas estáveis e previsíveis, que gerem confiança para os interessados e incentivem o investimento local, crucial para o crescimento do setor. Interesse de pessoas que tem suas terras e querer investir na infraestrutura, desburocratizar processos em suas potencialidades turística, segurança que o seu investimento vai ter retorno.

Em uma pesquisa realizada por Lacay (2012) com agentes públicos, trouxe exatamente sobre esse aspecto, que os gestores das políticas trabalham de forma fragmentada, não estando preparados para trabalhar em conjunto, de forma agregada, se preocupam com o desenvolvimento setorial e de gestão da “sua” política. Gestores precisam compreender que as políticas são políticas de Estado, não de governos, portanto requerem continuidades.

Seguindo na mesma linha se manifestou o entrevistado da ACILS, quando indagado sobre o panorama atual do turismo no município e qual a tendência para o futuro. Em sua opinião, é necessário preparo da população e dos agentes públicos para execução de políticas locais no setor. Destacou o SEBRAE como parceiro em potencial, que segundo o entrevistado já atuou nessa área:

A cadeia (produtores, gestão) não está preparada para receber turistas. Hoje não tem investimento local (seja financeiro, técnico, suporte e infraestrutura). Em um passado não muito remoto (10 anos) houve iniciativa, mas não teve continuidade. Não há secretaria própria, sem projetos locais, não estão sabendo aproveitar os recursos do Estado. Há um despreparo da população em geral do município para receber turistas, sem conhecimento dos pontos turísticos e da história.

Outra limitação que foi destacada é a falta de interação institucional em prol da atividade, ou seja, foi mencionado que não há uma inter-relação entre as instituições visando atuação conjunta para planejar e executar ações para o desenvolvimento do turismo rural no município. Sobre este aspecto, a entrevistada da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação explicitou que “Uma estratégia focada e o envolvimento de entidades setoriais, mercadológicas atuando no interesse do desenvolvimento turístico são pontos fracos do município em relação ao turismo rural”.

Em relação à falta de interação institucional, as entrevistas permitiram visualizar claramente esta limitação. As dificuldades existem e são diversas, mas também não há sinergia para construir soluções. Neste sentido, é possível apontar que algumas das limitações do turismo rural no município de Laranjeiras do Sul indicam divergências, muitas vezes políticas, que atrapalham o diálogo. Em várias manifestações foi apontada a dificuldade de estimular, apoiar e manter atividades, tais como o turismo rural.

A crítica oportuna é embasada por Brandão (2007) onde o autor refere-se à necessidade de distinguir que a ação pública deve atuar como animador e sensibilizador, construindo e/ou fortalecendo um sistema de confiança e de consenso em torno da proposta de desenvolvimento, sendo em questão o turismo rural.

Nesse sentido, vale destacar o que foi mencionado pelo representante da Associação dos Municípios da região Cantuquiriguaçu, quando indagado sobre o que precisaria para que as iniciativas que já haviam sido criadas continuassem sendo implementadas:

Primeiro lugar eu acho que se tem que pôr todo mundo numa escola e dar aula novamente. A nossa região tem muita ciúmeira, falta de cultura de quem está no comando, vaidades, falta pensar no coletivo, falta de macroprojetos e falta de força política. Foi perdido o time.

Todos esses relatos são corroborados por Stoffel *et al.* (2023), que realizaram um estudo de caso no município de Laranjeiras do Sul sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável e cidades inteligentes. No referido trabalho os pesquisadores explanam sobre as dificuldades para instituir as cidades inteligentes<sup>7</sup> nas pequenas cidades como o município em questão. Ainda que os temas abordados sejam distintos, os estudos convergem no que tange os obstáculos destacados, que estão na capacidade técnica de planejamento a longo prazo (uma vez que as políticas possuem dificuldade na continuidade nos governos sucessores e em projetos intergovernamentais nos diferentes níveis de governo), aptidão de planejar conjuntamente dentro do município, envolvendo escolas e gerações presentes e futuras, abrangendo a atuação de lideranças de toda comunidade.

A CNM (Confederação Nacional de Municípios), (2017) ressalta a importância de ter agentes que planejem e deem continuidade aos projetos dentro dos orçamentos

---

<sup>7</sup> CIDADES INTELIGENTES” são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação (Carta Brasileira De Cidades Inteligentes, 2020, P. 26).

públicos, contribuindo para o possível crescimento dos municípios brasileiros. Faz-se necessário um conjunto de compromissos entre diferentes atores que participam da vida de um Município e que tiveram participação ou influência nesse planejamento. O comprometimento desses agentes é que garantirá resultados referentes a escolaridade, ao recolhimento dos resíduos sólidos, cuidados com a saúde (desde o pré-natal até cuidados com os idosos), a produção agrícola ou o turismo sustentável, por exemplo, podendo melhorar seus indicadores, e assim resultar em melhorias na qualidade vida de cada cidadão (CNM, 2017).

Quando os entrevistados mencionam a necessidade de a gestão municipal olhar com mais carinho, dedicação e afinco para o turismo rural em Laranjeiras do Sul, corroboram o que a CNM, (2017) traz no Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros. No documento consta a importância do turismo como vetor de desenvolvimento local, em que os gestores devem dar mais atenção para este setor no seu Município, buscando desenvolver produtos e destinos turísticos ou contribuir com seus recursos e saberes com outras rotas já reconhecidas.

#### **4.2 O TURISMO RURAL EM LARANJEIRAS DO SUL NA PERSPECTIVA DE PRODUTORES/EMPREENDEDORES E O DESTAQUE PARA A CAMINHADA DA NATUREZA**

Analisando o quadro 5 e com base nas entrevistas realizadas junto aos atores chaves e instituições, pode-se verificar que a Caminhada na Natureza foi indicada pela maioria dos entrevistados como uma potencialidade do município no turismo rural, sendo uma das únicas experiências atualmente em funcionamento que envolve comunidades e agricultores.

O projeto da Caminhada na Natureza no Paraná foi instituído após a I Oficina de Caminhadas, realizada em 2005, em Casimiro de Abreu (RJ). A partir da vivência da missão técnica do grupo da região de Foz do Iguaçu, o Paraná realizou seu primeiro circuito de caminhada em 07 de setembro de 2005, em São Miguel do Iguaçu. Com apoio da prefeitura municipal e ampla divulgação, o evento contabilizou a participação de cerca de três mil pessoas (Bartarz, 2016).

Ainda segundo a autora supracitada, embora o Paraná tenha realizado esta primeira caminhada, o projeto iniciou oficialmente em âmbito nacional em 2006, em três estados brasileiros, além do Rio de Janeiro, sendo Mato Grosso, Paraíba e Paraná.

As Caminhadas na Natureza vem sendo realizadas no Paraná desde 2007 e constituem uma política pública instituída pela Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), em conjunto com a então EMATER, hoje IDR, contando com o apoio da Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social – Anda Brasil. Assim, o turismo rural por meio dessa iniciativa se concretiza como mais uma fonte de renda para as famílias envolvidas, valorizando a cultura local (Paraná, 2024).

De acordo com Lacay (2012), o turismo do Paraná foi pensado institucionalmente e a descentralização foi o ponto alinhado. Acreditava-se que as formas descentralizadas de organização do turismo seriam mais democráticas e as redes regionais teriam mais autonomia para tomada de decisões sobre o planejamento e realização de ações. Foi quando se elaborou o Projeto Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF, em 2005, através de um convênio (n. 055/2005) entre a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, a então Emater e a Ecoparaná. Neste momento, a Emater direcionou suas ações para o Projeto Caminhadas na Natureza, tendo a colaboração da mídia para a divulgação e propondo o evento como estratégia de diversificação econômica das famílias rurais. A venda de produtos e serviços dos agricultores aos caminhantes, visando a geração de renda é realizado durante o evento da caminhada (Bastarz, 2016).

Este é um projeto do Governo do Estado e reuniu em 2023 um total de 63.316 caminhantes que percorreram os 97 circuitos das Caminhadas na Natureza naquele ano, injetando R\$ 1,6 milhão nas comunidades rurais, beneficiando famílias que vivem da agropecuária familiar. Em média, cada caminhante gasta R\$ 25,58 (US\$ 144,01<sup>8</sup>) com a compra de produtos ou serviços. Mas esse investimento varia de acordo com a região. Em União da Vitória, os gastos chegam a R\$ 63,55 (US\$357,78), em Laranjeiras do Sul, R\$ 55,31 (US\$311,39), e Cascavel, R\$ 53,92 (US\$ 303,56) (Paraná, 2024).

O ordenamento da atividade é realizado pelo site institucional do *Ecobooking* descrito como um Sistema de Gestão do Turismo que busca estimular a formação coletiva em que diversos atores de uma localidade podem se comunicar e integrar para desenvolver atividades turísticas. Tem sido uma ferramenta de gestão para os organizadores das Caminhadas na Natureza no Paraná, proporcionando: a divulgação dos eventos de caminhadas (calendário e características dos circuitos de caminhadas

---

8 Cotação do dia 04 de setembro de 2024: R\$ 5,63

agendados), inscrições *online* (os caminhantes se inscrevem de maneira prévia pelo site do *Ecobooking*, permitindo o planejamento do número de refeições a serem servidas pela comunidade) e o monitoramento do desempenho do projeto (através da extração de dados compilados pelo site, como número de participantes em cada circuito, perfil socioeconômico dos caminhantes e avaliação dos circuitos elaborada pelos caminhantes após o evento de caminhada). É aconselhado na divulgação dos eventos de caminhada, que os caminhantes utilizem o *Ecobooking* na realização das inscrições (Bastarz, 2016).

Segundo a Coordenação Estadual de Turismo Rural do Paraná, a Caminhada na Natureza se mostrou como uma ferramenta de incorporação e reflexão sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, pelo fato de possibilitar o contato com paisagens do meio rural.

A primeira Caminhada na Natureza em Laranjeiras do Sul, ocorreu em 2016, no Circuito Gramadinho, e em 2023 realizou sua sexta edição. A caminhada tem o propósito de fomentar o Turismo Rural, beneficiando o setor de gastronomia, artesanato, lazer, venda de produtos locais, pois os participantes além de caminhar e ter o contato com a natureza podem degustar deliciosos produtos regionais vendidos no local, outrossim, contam com café da manhã e almoço coloniais (Laranjeiras do Sul, 2023).

O que motivou as famílias a iniciarem a atividade de turismo na propriedade foi o incentivo de agentes públicos da gestão municipal 2013-2016, que tiveram um olhar futurista, viram na comunidade potencial turístico, sendo capaz de ser implementada essa atividade. Isso pode ser identificado nos relatos dos produtores, os quais citam que em uma visita à comunidade, a secretária de agricultura da época e a técnica da então Emater do município lançaram a ideia de realizar a Caminhada na Natureza na localidade. Para obter mais conhecimento sobre o evento, os produtores da comunidade e os técnicos da secretaria de agricultura e da então Emater, foram em uma visita no município de Catanduvas, onde já ocorria a Caminhada. Após esse ponto de partida ocorrido no ano de 2015, o turismo rural na comunidade do Gramadinho foi implantado com o evento da Caminhada na Natureza, havendo o engajamento dos moradores, os quais também acreditaram que a proposta traria bons resultados, passando então a receber os turistas na comunidade.

Riva e Bertolini (2017) dissertam sobre o processo de planejamento das ações das entidades públicas para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, indicando que nenhuma instituição assume uma orientação específica para a realização desta atividade, ou seja, não existe um protocolo pronto para ser consultado e posto em

prática. Os técnicos extensionistas buscam perceber as necessidades das famílias, a partir de então planejam e desenvolvem projetos ou ações naquela comunidade.

Dos oito empreendimentos visitados para realização das entrevistas, três foram estabelecimentos localizados no espaço rural e cinco eram propriedades rurais pertencentes a agricultores familiares que viram no turismo rural uma alternativa para agregar valor aos seus produtos e uma forma de comercialização para melhoria da renda da família. Os agricultores são moradores tradicionais da comunidade do Gramadinho, estabelecidos no local há bastante tempo, não trabalham com a produção orgânica certificada, porém, utilizam de muitas técnicas agroecológicas no manejo das culturas, como uso de motocultivadores, palhadas e reutilização dos resíduos sólidos para adubação e alimentação animal.

Esses agricultores se encontram organizados em uma associação chamada ASSOLAR – RURAL, Associação Laranjeirense de Micro e Pequenos Produtores Rurais, conforme relato do entrevistado 1, identificado no texto como E1. As famílias estão inseridas no evento Caminhada na Natureza que ocorre no município, momento em que ofertam café da manhã, almoço e feira de produtos coloniais. Todos os produtos utilizados no café e no almoço são adquiridos dos produtores locais, bem como os itens da feira.

A associação foi constituída em 2011. Até 2016-2017 era utilizado o símbolo da Assolar no rótulo dos produtos. A partir daí foi aberto um MEI individual para a agroindústria de embutidos. São 13 associados na Assolar. Mas não são todos que tem agroindústria (E1).

Segundo E1, alguns associados da ASSOLAR que participam do evento da Caminhada na Natureza também estão inscritos no MEI individual, com a constituição formal de agroindústrias, cada um trabalhando com produtos diferentes, como embutidos, mandioca descascada, polpa de frutas, doces e compotas, panificados e erva mate.

Em relação às dificuldades relatadas pelos produtores/empreendedores, estes apontaram aspectos que orbitaram em volta do retorno da atividade, ficavam em dúvida se o público participaria do evento Caminhada na Natureza, se conseguiriam agradar os caminhantes. O entrevistado 1 relatou que no começo havia falta de credibilidade na atividade, pois não tinham conhecimento sobre como seria a adesão da população ao evento, se traria algum benefício efetivo para as famílias que aceitaram participar. A entrevistada 2, por sua vez, acrescentou que as pessoas do meio rural têm receio de receber estranhos na propriedade devido à questão de segurança, o que tornou necessário que membros de mais confiabilidade da comunidade convencessem os outros

a participar. Assim, como o roteiro da Caminhada passava por oito propriedades em uma extensão de 11km, foi necessário o convencimento de todos os proprietários.

Essa sensação de insegurança dos agricultores relacionada ao receber estranhos na propriedade, pode ser uma explicação para o fato levantado pelos atores-chaves sobre a população não querer aderir ao turismo rural. Muitas vezes, essa insegurança ocorre mais por falta de informação do que por perigo real.

Sobre a desconfiança sentida por alguns produtores na iniciativa do turismo rural, Guiddens (1991) traz que quando se tem conhecimento da atividade e dos projetos, aguça a confiança, se tornando um estímulo para o compromisso, não mais uma mera opção que pode ser recusada a qualquer momento.

Segundo o entrevistado 1 a demanda de trabalho na realização do evento é grande e não acontece o comprometimento efetivo de todos da comunidade. Alguns até se disponibilizam a contribuir, mas na hora de concretizar o trabalho acabam não comparecendo e sobrecarregando os outros. A entrevistada 2 relata movimentos antecipados que precisam ser realizados para que o evento aconteça, tais como abrir trilhas sem deixar tocos, arrumar a pinguela<sup>9</sup>, abrir cerca, cercar o gado, colocar a sinalização com as fitas, e no final do dia do evento passar recolhendo as fitas, recolher o lixo, fechar as cercas etc. No mesmo sentido foi o relato dos outros entrevistados a respeito da demanda de trabalho e o envolvimento dos produtores na execução.

Adicionalmente, o entrevistado 1 mencionou que todo esse trabalho envolve muitas pessoas e demanda “jogo de cintura” para articular qual é a melhor forma de cada um contribuir de acordo com seu perfil, sem desgastes. Exemplificou dizendo que a equipe é como se fosse uma engrenagem onde cada um tem uma função e forma de agir, mas tem que se encaixar para que funcione.

Pode-se observar a partir dos relatos, que apesar de alguns ruídos durante o processo, natural no trabalho coletivo, a Caminhada na Natureza estimula laços de sociabilidade e boa convivência entre os membros da própria comunidade, bem como desses com os de outras comunidades próximas, que também participam como caminhantes. Ações de organização social baseadas na reciprocidade são fundamentadas na dinâmica de dar, receber e retribuir, constituindo laços sociais firmados na responsabilidade e ligados à liberdade de retribuir (Mauss, 1950). Percebe-se que o evento Caminhada na Natureza apresenta tais características.

---

<sup>9</sup>Pinguela é uma ponte improvisada, rústica e de construção temerária sobre um riacho ou vale (muitas vezes, apenas um pedaço de pau estendido sobre a área a ser transposta) é um teste de transposição no meio do caminho, segundo Unifal, 2024.

Estes eventos envolvem períodos de preparação (até semanas), em que os membros da comunidade e organizadores se reúnem para planejar e organizar as caminhadas. Neste sentido, foi destacado que a participação na preparação da Caminhada não é uma atividade remunerada, todos trabalham voluntariamente para que o evento possa ocorrer.

Segundo o entrevistado 1, passando a fase inicial de implantação, depois de ter acontecido a primeira edição da Caminhada, notou-se que a população recebeu positivamente o evento e participou massivamente de todas as edições posteriores realizadas, estando para acontecer a sétima edição em Laranjeiras do Sul neste ano de 2024.

Achavam que iria dois ou três, mas já na primeira foi trezentas e poucas pessoas, superando as expectativas, mesmo com chuva. Quase todas as edições foram com chuva, antes e durante o trajeto. Todas as edições deram recorde de público (E1).

Nos relatos dos produtores entrevistados foi mencionado que as Caminhadas da Natureza agregam pessoas oriundas dos municípios vizinhos e de municípios que distam até 200 quilômetros.

Quando indagados sobre o que esta atividade beneficiou a propriedade, todos mencionaram a agregação de valor aos produtos com o aumento da comercialização destes, melhorando assim a renda da família (Quadro 6).

Quadro 6: Declarações dos produtores/empreendedores rurais entrevistados sobre os benefícios trazidos pelo turismo rural com a caminhada na natureza para a família.

Entrevistado	Declaração
E1	Agrega bastante valor, porque vem muita gente de fora, passa aqui, compra os produtos e leva a divulgação da agroindústria, da Associação, da comunidade e do município. Na caminhada tem a feirinha onde são comercializados os produtos (embutidos, mandioca, doces e compotas, panificação, erva mate). Além disso tem o café da manhã e o almoço servidos no dia, que são preparados pelos moradores da comunidade e produtos que são dos produtores locais (leite, batata doce, feijão, carne). Só é pego de fora produtos que realmente ninguém local possui.
E2	Agregou valor ao produto e aumentou a renda da família. A meta é receber os turistas, café da manhã, caminhada, almoço e tudo com venda de produtos durante o evento.
E3	Proporcionou renda e autonomia.
E4	Foi algo que possibilitou manter as raízes familiares, os costumes, podendo repassar isso para as gerações futuras, acompanhado da obtenção de renda.
E5	Oportunizou divulgação e maior comercialização dos produtos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Segundo Riva e Bertolini, (2017) a possibilidade de produzir e comercializar os produtos sem intermediações, na propriedade, torna-se uma nova opção para o incremento na renda, com uma alíquota maior de valor agregado. Com essa integração entre as experiências do urbano e rural, pode-se afirmar que a pluriatividade revitaliza os negócios das propriedades.

Em Laranjeiras do Sul, os serviços oferecidos pelas comunidades rurais durante a Caminhada na Natureza são café da manhã e almoço, a serem consumidos no local do evento, em que os produtos contidos nessas refeições são elaborados pelos agricultores(as). Ademais, é organizada uma feira de produtos locais em que os agricultores oferecem itens oriundos de agroindústrias da comunidade. Na ocasião da feira ocorrem trocas ou vendas, acontecendo um contato direto entre os agricultores, que produzem as mercadorias, e os caminhantes, que as consomem. Os produtos ofertados e as vendas são planejadas pelos agricultores em conjunto com os organizadores locais da caminhada.

As vendas realizadas entre agricultores e caminhantes ocorrem informalmente, evidenciando a relação de proximidade entre quem produz e quem consome. Segundo Carvalheiro (2010, p.44), “ao se estudar a agroindústria familiar percebe-se que não há um mercado convencional e formal nas relações de trocas da economia, a maior parte das relações mercantis se realiza na informalidade e em relações sociais diretas”.

As ações locais de agricultores familiares no processo de produção, formam cadeias de distribuição e comercialização denominadas cadeias curtas que estão diretamente relacionadas à interação entre agroindústrias familiares e consumidores. Essa construção social é própria dos indivíduos e suas inter-relações sociais e institucionais (Marsden *et al.*, 2003). Na perspectiva do turismo, percebe-se que o mercado formado pela realização de um evento de Caminhada constitui-se numa cadeia curta, em que os agricultores comercializam não apenas produtos, mas também serviços, tais como a contemplação de paisagem que pode ser feita pelo turista e que é um serviço ambiental preservado pelo produtor.

Para Marsden *et al.* (2003), a principal característica das cadeias curtas é sua capacidade de ressocialização ou reespecialização dos alimentos, que permite ao consumidor fazer sua avaliação baseado em seu próprio conhecimento, experiências ou imagens percebidas. Em outras palavras, o consumidor expressa um juízo de valor acerca dos produtos, através do encontro com o produtor e pode fazer a manifestação de sua (in)satisfação imediatamente. Comumente, esses alimentos e produtos tem sua

qualidade (percebida pelo consumidor) definida pela localidade ou mesmo propriedade específica onde são produzidos. Para o turismo rural isso propicia uma riqueza de oportunidades, pois em cada localidade e/ou propriedade, oferece-se um tipo de produto, que se manifesta na diversidade de opções de recursos que o destino turístico possui, possibilitando ao produtor saber instantaneamente qual a avaliação do consumidor.

A ligação direta ou indireta entre produtores e consumidores é construída através de redes sociais, as quais configuram e consolidam valores culturais e sociais do local onde os alimentos são produzidos. Essas redes construídas se adequam através de agentes envolvidos nas etapas de produção, processamento, distribuição e consumo dos produtos (Marsden *et al.*, 2003).

De acordo com Storr (2008) a ideia de que mercado e comunidade dialogam entre si é defendida, apesar da distinção entre ambos, pois ao passo em que o mercado pode ser desenvolvido numa comunidade, as relações de sociabilidade presentes entre os sujeitos podem resultar na criação de oportunidades de comercialização. Nas ações de mutualidade os mercados podem se tornar um meio de reprodução social para as famílias envolvidas.

No tocante a refeição em eventos como a Caminhada na Natureza, Da Matta (1987) afirma que é a qualidade da comida, servida com cuidado, primazia e de maneira farta, que exprimirá a consideração para com os convidados. A comida é, ainda segundo o autor, um elemento que congrega, na medida em que as caminhadas também propiciam o comer e o beber, apresentando-se, desse modo, o caráter socializante da comida.

A afirmação do autor ampara o relato dos produtores/empreendedores entrevistados na pesquisa, os quais contam que o café da manhã servido na Caminhada é “ô café”, querendo dizer com essa expressão que o café é servido com fartura de quantidade e principalmente de qualidade e diversificação de produtos (café, leite, chás, sucos, pães, bolos, cucas, bolachas, bolinhos, doces, molhos, virado, omelete, salames, queijos, frutas etc.), chamando atenção do olhar e do paladar dos caminhantes. “Tem gente que vem só por causa do café” (E2). Essa referência sobre o café não desmerece o almoço, que é servido com o mesmo esmero, com produtos de qualidade, fresquinhos e com muita diversidade também (carne de frango, carne de porco, arroz, mandioca, saladas diversas, farofa etc.). “O frango servido no almoço eu que vou produzir neste ano. O frango caipira precisa de nove meses para produzir, para estar bom para o consumo e pesa menos que os outros, em torno de 1,5kg”, disse a entrevistada dois (E2).

Millán (2002) salienta que a estrutura da sociedade se materializa na alimentação. Cada grupo tem suas práticas alimentares representadas pelas crenças, normas, valores, formas de interação social que dão significado à ação social. A cultura se concretiza no prato e os costumes da localidade ligados à alimentação são resultados de interações e múltiplos aprendizados. Este é um dos motivos pelo qual a gastronomia atrai turistas para conhecer novos lugares.

Para Maciel (2001), a comida serve de marcador de identidade e está ligada a uma rede de significações da sociedade a que pertence, podendo ser entendida do ponto de vista territorial. A comida possibilita que países, regiões ou grupos definam suas particularidades a partir do que se come.

Os produtores pensam que quanto mais alusivo um produto venha ser do local, mais escasso ele é no mercado, ou seja, aquele tipo de produto, da forma como é produzido, elaborado, apresentado só será encontrado ali. Uma característica importante das cadeias curtas é o destaque que se dá para a relação que envolve o produtor e o consumidor e a possibilidade desta relação gerar valor e significado, mais do que somente o tipo de produto por si. A singularidade de um produto é essencial para o turismo rural, pois é o diferencial da comunidade e estimula que o consumidor procure o produto naquele determinado lugar (Marsden *et al.*, 2003).

A forma como o alimento é produzido, elaborado e consumido traduz a maneira com que os indivíduos de diferentes sociedades projetam suas identidades. A comida vincula-se ao lugar, aos alimentos nele produzidos e ao modo como são combinados ao serem preparados. Nessa conjuntura o patrimônio alimentar vem sendo impulsionado no turismo, já que fornece exclusividade ao destino turístico (Alfonso, 2005).

No turismo, estes diferenciais são considerados atrativos turísticos, parte integrante da oferta turística. Desta forma, fazendo uma analogia da interpretação de Marsden *et al.* (2003) para o turismo rural, pode-se dizer que nas Caminhadas na Natureza os consumidores e agricultores estão ligados ao lugar e a seus valores/heranças socioculturais através de redes sociais, ou seja, através da construção de laços de amizade e de memórias.

Santos (2012) reforça a importância de que os serviços turísticos oferecidos abranjam uma cadeia produtiva capaz não apenas de suprir necessidades e desejos de seus frequentadores, mas também de superar as expectativas deste público frente ao produto, serviço, empreendimento, atendimento e ambiente que estão desfrutando e adquirindo. Essa perspectiva é ratificada por Dalpiaz (2011, p. 04) ao afirmar que:

Para ser hospitaleiro é preciso esmerar-se na excelência dos serviços prestados, educar a comunidade para receber os turistas, investir em infra-estrutura básica, porque a hospitalidade está desde o atendimento na compra dos pacotes, às condições de sinalização, estradas e até a higiene e segurança dos destinos, podendo ser espontânea ou artificial, esta última ocorre quando entidades públicas e/ou privadas, promovem a criação de infraestruturas forjando uma hospitalidade profissional e muitas vezes para uso exclusivos dos turistas. Diante do exposto anteriormente, pode-se dizer que o bem receber compreende todos os esforços despendidos pelo poder público e a iniciativa privada para fazer de um local uma grande atração turística. É primordial receber os visitantes com atenção, demonstrar-lhes que o local tem interesse em sua presença e que está preparado para recebê-los. Fica claro que a hospitalidade está diretamente ligada às necessidades e desejos das pessoas, ou seja, do desejo do visitante de “ser bem recebido”. A necessidade de rever os serviços prestados e colocar o cliente como peça fundamental do Sistema de Turismo, oferecendo a ele serviços diferenciados é imprescindível para conquistá-los, mas deve-se sempre levar em consideração os interesses da comunidade local, evitando assim, conflitos que possam vir causar a inviabilidade do destino turístico.

Constata-se que o turismo rural através da realização do projeto Caminhada na Natureza na comunidade do Gramadinho em Laranjeiras do Sul se concretizou e os produtores estão colhendo os frutos do trabalho desenvolvido pelos envolvidos, tanto os produtores como extensionistas. A entrevistada E2 destaca que o público que participa da Caminhada passa a conhecer os produtos das agroindústrias do local e voltam para visitar as propriedades e comprar os itens. O trabalho realizado busca atrair turistas para além do evento pontual de caminhada, fazendo com que a comunidade desenvolva um roteiro de turismo rural permanente capaz de gerar renda às famílias envolvidas.

Segundo a coordenadora estadual do Programa de Turismo Rural do IDR-Paraná, o projeto Caminhadas na Natureza Paraná é uma política pública voltada à agricultura familiar com o objetivo de gerar emprego e renda no campo, além de valorizar as comunidades que estão recebendo os turistas. Atualmente, várias ações estão em progresso para garantir a aplicação da metodologia, que prioriza a agricultura familiar e o turismo rural. “Além das trilhas, estamos dando mais atenção para a comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelas comunidades rurais aos caminhantes” (IDR, 2023).

No Brasil, o turismo rural se deu através de políticas nacionais que decretaram novas diretrizes de desenvolvimento de áreas rurais no país. A política das Caminhadas é um exemplo dessa iniciativa que visa estimular a diversificação de produtos e serviços ofertados nas áreas rurais e respectiva agregação de valor. Por outro lado, as Caminhadas na Natureza são parte de um processo de municipalização do turismo no Brasil. O desenvolvimento de atividades turísticas deixou de estar limitado às áreas de reconhecimento nacional, como as Cataratas do Iguaçu, a Amazônia, o Pantanal etc., e

atividades começaram a ser promovidas a partir de atrativos municipais ainda pouco explorados (Toniol, 2012).

Percebe-se diante disso a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo rural e, conseqüentemente, do desenvolvimento rural sustentável dos municípios, alcançado por meio do fortalecimento da agricultura familiar, pelo acesso destas aos programas e ao cooperativismo/associativismo para produção e comercialização dos produtos.

Candiotto (2012) afirma que existem políticas públicas (federais e estaduais) de turismo rural na agricultura familiar, porém, em muitos casos, essas políticas não chegam até os municípios ou pouco influenciam as experiências locais. Dessa maneira, os agricultores familiares possuem pouco ou nenhum conhecimento das formas de apoio do governo (financiamentos, crédito e assistência técnica). Ainda segundo o mesmo autor, para aprimorar o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar é necessário que as políticas públicas deixem de mirar no mercado turístico, voltando-se para os agricultores familiares e para a população que vive no meio rural.

Em relação aos investimentos realizados para aprimorar a infraestrutura voltada ao turismo, as famílias entrevistadas mencionaram que não fizeram uso de linhas de créditos para investir na produção em prol do turismo rural. Uma ação já concretizada foi a construção de um Portal na entrada da comunidade com recursos da prefeitura.

A ideia do Portal na entrada da comunidade com o nome Estrada da Produção (Figura 9) foi inspirado em um roteiro de turismo rural em Joinville, Santa Catarina, chamado de Estrada Bonita. Aquela experiência foi conhecida por meio de uma visita técnica realizada pelos produtores da Assolar e técnicos do IDR e da Prefeitura ao município catarinense.

Surgiu a ideia de a Associação entrar no turismo rural. Teve uma vizinha que foi visitar a Estrada Bonita de Joinville, SC, e trouxe a ideia de adaptar na comunidade, aí foi contruído o portal na entrada da comunidade. O turismo foi bom, porque quando tem a caminhada, uma vez por ano tá certo, mas ali tudo que você produz na propriedade a gente vende ali. Eu sou geralmente a pessoa que fornece a carne de frango caipira, os doces do café da manhã, ajudo no almoço, então acaba gerando uma renda também do turismo. E tem vezes que a gente recebe alguém, sempre tem curiosidade de vir conhecer e acaba sempre comprando alguma coisa né. Teve bastante reconhecimento nossa comunidade, depois da reportagem da RPC no programa Plug<sup>10</sup> da rede Globo. Deu bastante repercussão. Só ponto positivo. Quem enxergou essa parte do turismo rural sendo positiva, consegue aproveitar e ter uma renda boa quando tem os eventos (E2).

---

10 Reportagem Plug: em Laranjeiras do Sul, com Michelly Corrêa 20/01/2024

Figura 9: Portal Estrada da Produção, na entrada da Comunidade do Gramadinho, Laranjeiras do Sul – PR.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Os produtores/empreendedores entrevistados destacaram que atualmente estão acessando recursos do Programa Cooperá Paraná, para concluir a obra do pavilhão da comunidade e construir uma cozinha para a elaboração das refeições da Caminhada na Natureza. Nesse local também planejam realizar outros eventos como café colonial, conforme relato de uma produtora:

No turismo rural até então foi recurso próprio. Este ano foi acionado um recurso do estado a fundo perdido, via Programa Cooperá Paraná para construção e acabamento do pavilhão da comunidade. O portal de entrada na comunidade foi recurso da prefeitura. A agroindústria foi tudo recurso próprio. Tenho conhecimento de linhas de crédito, mas não pego porque tenho muito medo de dívidas (E2).

Como a comunidade não dispunha de um local apropriado para elaboração das refeições das Caminhadas da Natureza, este preparo vinha sendo feito em um estabelecimento privado, situado na mesma localidade, pelo qual era pago aluguel. Com a reforma do pavilhão e construção da cozinha, cuja conclusão está prevista para 2024, as refeições serão servidas no pavilhão da comunidade, local onde também será realizada a feira, viabilizando maior lucro para os produtores com o evento, além de possibilitar a realização de outras ações.

Para Queiroz (2006), é fundamental que as políticas públicas se adéquem para o turismo rural a fim de atender suas especificidades da mesma forma que esta atividade representa um produto inteiramente novo na relação entre produtores e consumidores. O pequeno produtor rural precisa ter acesso aos programas e políticas públicas, tanto no

formato de uma política eficiente de investimento em infraestrutura, como também em termos de oportunidades de formação e capacitação em atividades turísticas no meio rural. Várias formas de atuações (eventos turísticos, troca de experiências entre pequenos produtores rurais, visitar iniciativas exitosas etc.) devem contribuir para a formação de um novo cenário, favorável ao turismo, nas comunidades rurais.

Conforme relatado nesta pesquisa, Laranjeiras do Sul possui potencial para implementar o turismo rural no município, tendo como exemplo positivo o caso da Caminhada na Natureza, uma iniciativa que partiu do poder público, a qual os agricultores concordaram em aderir e que deu certo. Neste sentido, há potencialidades que podem ser estimuladas para que se promova o desenvolvimento rural sustentável e há situações nas quais o estímulo pode ser externo, mas o ideal neste caso é que a comunidade participe das decisões para então ampliar as chances de que necessidades locais sejam realmente atendidas, como aconteceu na Comunidade do Gramadinho com a Caminhada na Natureza.

Para o desenvolvimento do turismo rural em Laranjeiras do Sul há limitações como aquelas apontadas pelos atores chave no quadro 5, como ausência de um Conselho Municipal de Turismo; falta compromisso contínuo com políticas públicas estáveis e previsíveis; burocracia nos processos; despreparo da cadeia (produtores e gestão); falta investimento local (seja financeiro, técnico, suporte, infraestrutura); falta Fundo Municipal de Turismo. Entretanto a experiência das Caminhadas da Natureza pode ser útil para desenvolver atividades em outros locais do município. Se a opção será eventos pontuais ou um turismo receptivo regular, isto dependerá da oferta, mas as indicações dos entrevistados são pertinentes para uma reflexão em prol de corrigir essas lacunas apontadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a contribuição do turismo rural para o desenvolvimento rural sustentável no município de Laranjeiras do Sul. A partir da investigação foi possível constatar que o município tem atrativos naturais (morros, lagos, cachoeiras), culturais (já foi capital do Território Federal do Iguaçu, possui etnias diversas como indígenas) e gastronômicos, que podem ser aproveitados para este tipo de turismo.

Sobre o objetivo específico proposto de caracterizar o turismo receptivo da região de estudo, apontando atrativos existentes, observou-se que no rural a atividade está sendo pouco explorada no município, tendo como destaque a Caminhada na Natureza. Existem outras iniciativas que já foram espaços de destaque, mas atualmente não vem recebendo muitos turistas, tais como a Toca do Leão, lugar que era frequentado por pessoas de toda a região, e o Lind'água que já foi um hotel fazenda, mas no momento está disponível apenas para locação para eventos.

O segundo objetivo foi averiguar se a atividade turística localizada no espaço rural do município constitui uma alternativa para geração de emprego e renda das famílias envolvidas na atividade. Concluiu-se que o turismo rural agrega renda aos agricultores vinculados e foi uma opção assertiva para a comunidade onde está inserida, oportunizando o desenvolvimento no local. Ainda, possibilita o trabalho coletivo com a criação de associações e, por meio destas, a captação de recursos para investimentos.

O terceiro objetivo específico foi analisar potencialidades e limitações do turismo receptivo identificado na região sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Dentre as limitações encontradas está a carência do comprometimento do poder público com o segmento e o trabalho isolado das instituições. Também surgiu como limitação a falta de percepção por parte dos agricultores do potencial de suas propriedades para o nicho de mercado do turismo rural, ficando a cargo do poder público, universidades, órgãos e entidades públicas e privadas exporem essa possibilidade.

Sobre as limitações percebe-se ações isoladas entre as instituições públicas do município, restritas em atender demandas pontuais que chegam até o órgão. O município de Laranjeiras do Sul tem o segmento Turismo dentro da Secretaria de Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação, e no momento não conta com um Conselho Municipal de Turismo, tampouco com um Fundo Turístico, sendo isso um agravante nas limitações.

De acordo com as exigências do Ministério do Turismo, cada município precisa

estruturar seu conselho de turismo por meio de Lei, um fundo turístico e, principalmente, o inventário turístico do município, para poder participar de editais e demandar recursos para estimular este tipo de atividade (MTUR, 2023). Portanto, esta é uma ação que precisa ser adotada o mais cedo possível para que seja possível captar recursos para estimular a atividade turística no município.

Averiguou-se que existem políticas voltadas para o turismo englobando o rural, tanto no âmbito federal como estadual, mas é necessário engajamento do âmbito municipal para captar esses valores, que somente são destinados através de projetos.

Para que ocorra em sua totalidade a implementação das políticas públicas de turismo rural em propriedades rurais familiares, é imprescindível que o setor público municipal trabalhe de forma integrada com o setor privado e a comunidade local. Assim como estabeleça articulações com o governo estadual e as organizações executoras estaduais, a fim de somar esforços para o planejamento e o desenvolvimento do turismo rural.

O turismo traz divisas e todos os setores são beneficiados, mas há desinformação quanto ao papel de cada setor. É necessário maior envolvimento da população, como participação em eventos de sensibilização envolvendo instituições, técnicos e comunidade organizada. A população precisa ser mais ativa, mas não se pode ignorar que a educação para a cidadania deve partir do poder público. De um lado está a população local desinformada sobre os potenciais e limitações desta modalidade turística, desconhecendo os mecanismos de implantação e recursos disponíveis, e de outro o Poder Público para o qual parece faltar interesse em priorizar políticas públicas favoráveis.

Segundo os dados obtidos, pode-se afirmar que o desenvolvimento do turismo rural merece ser devidamente incentivado, apoiado pelo poder público do município, somando esforços com as demais instituições envolvidas, pois promove valorização da pequena propriedade, assim como dos patrimônios natural e cultural e a proteção do meio ambiente.

Algumas dificuldades foram enfrentadas na realização desta pesquisa, pois no trabalho envolvendo pessoas pode existir ruídos de comunicação. O desgaste físico e mental aconteceu no processo, exigindo paciência e tolerância. Foi necessário persistência para agendar e realizar as entrevistas, pois houve ocorrência de alguns agendamentos frustrados.

A pesquisa por meio desse processo rigoroso e meticuloso alcançou este estágio. A partir deste ponto, outras pesquisas podem se desenvolver, aproveitando os resultados

e insights obtidos para explorar novas questões ou aprofundar o entendimento sobre os temas abordados. Este trabalho não é um fim em si mesmo, mas sim um ponto de partida para futuras investigações, que podem ampliar e enriquecer o conhecimento nesta área. Algumas indagações podem ser levantadas sobre o assunto: Quais são as condições econômicas e de mão de obra que as pessoas do campo em Laranjeiras do Sul possuem para organizar a propriedade de forma a receber os turistas? Será que é apenas uma questão cultural a falta de visão para o negócio ou se trata de falta de formação? Qual é a visão/opinião da população em geral sobre o turismo rural no município?

Segundo Lima Filho *et al.* (2007), é importante salientar que o turismo rural na agricultura familiar não é a solução para todos os problemas do campo, pois não atinge a todos os agricultores, somente aqueles que possuem uma conduta voltada para a preservação ambiental e a busca de alternativas econômicas para sua continuidade no campo. No entanto, ao buscar diversificar suas fontes de renda, apostando no turismo rural, a população do campo, especialmente a agricultura familiar, enfrenta várias dificuldades. É crucial que o poder público assuma um papel fundamental no apoio, na implementação e no incentivo ao turismo desenvolvido por agricultores familiares. Essa ótica do poder público, parte da compreensão de que o anseio pelo desenvolvimento no meio rural na atualidade requer encarar o campo como um espaço que oferece muitas outras possibilidades e não apenas as tradicionalmente reconhecidas, como da produção agropecuária.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO, Maria J. P. Museos y patrimonio alimentario: del sistema de producción al reclamo turístico: el encuentro del Turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación. In: CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA. 10., Sevilla, 2005.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ARAÚJO, C. P. de. Da EMBRATUR à política nacional de turismo. **PÓS**, v.19, n.31. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48087/51858>. Acesso em 16 de março de 2023.

ASSIS, R. L. de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Aplic., 10(1): 75-89, 2006.

ATUNORPI - Associação Turística do Norte Pioneiro. **Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente**. ATUNORPI, 2018.

BALETTI, B. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. **Environment and Planning A**, vol. 46, p.5-25, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, M. O., et al. **O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica**. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF – 29 e 30 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitoria-de-extensao-ocultura/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/joice-lavandoski/planejamento-e-organizacao-em-turismo-pot/Barros%20et%20al.%202008.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro 2023.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994. 715 p.

BASTARZ, C. **Caminhadas na natureza no Paraná: a rede de relações sociais na formação de mercados para a agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim-SC**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

BATTISTUZ, G. Z. **Monitoramento e avaliação das políticas públicas de turismo:** uma análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011. Maringá, 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As Concepções Contemporâneas de Ruralidade e suas Singularidades no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras / (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade.** Campinas v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo rural:** o Brasil. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural:** orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2 ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais renda e emprego para o Brasil.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL. Disponível em: <<https://cmls.pr.gov.br/camara.php>>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** São Paulo: Ed. Edusc, 2000: 163.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CANDIOTTO, L. Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do paraná no contexto. **Cultur**, ano 07, nº 02, 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/320>>. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF)**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária "Territórios em Disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro". Uberlândia, 2012.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CARDONA, J. C. R.; CRUZ, M. J. R.; VENDRUSCOLO, R.; RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento Rural: do agrícola ao territorial. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (orgs.) **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 137-147.

CARTA BRASILEIRA PARA CIDADES INTELIGENTES, Disponível em: Fonte: <[https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta\\_brasileira\\_cidades\\_inteligentes.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/projeto-andus/carta_brasileira_cidades_inteligentes.pdf)>. Acesso em 03 de junho de 2024.

CARVALHEIRO, E.M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. Porto Alegre, 2010. 214f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, G. L. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n.1, p. 87-99, jan./mar., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/TrnVrW8WZ9rrgFsWNBgq4sr/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 16 de março de 2023.

COEPE –CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 1., 2010, Chapecó. Construindo Agendas e Definindo Rumos – Documento-Base. . Chapecó: UFFS, 2010. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/equipes-de-trabalho/conferencia-de-ensino-pesquisa-e-extensao/edicao-i/documentos/livro-coepe-construindo-agendas-e-definindo-rumos>>Acesso: 05 de setembro de 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU -

CONDETEC. Território Cantuquiriguaçu Paraná Estratégia para o Desenvolvimento II. Condetec, Laranjeiras do Sul, 2009.

CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO – CEPATUR (a). **Paraná Turístico 2026**. 2016 p. 27. Disponível em <[http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO\\_DE\\_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto\\_\\_1.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO_DE_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto__1.pdf)>. Acesso em 13 de maio de 2024.

CORRÊA, MICHELLY. Plug em Laranjeiras do Sul, 20 de janeiro de 2024. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=produtores+do+gramadinho+de+laranjeiras+do+sul&sca\\_esv=6803afb3c46e8800&rlz=1C1CHBD\\_pt-PTBR856BR856&sxsrf=ADLYWIIETu2PsNDT7aK\\_-YstjKEvikZdJQ:1726084829783&ei=3fbhZsm0L-311sQP-8nBwAl&start=20&sa=N&sstk=AagrsuiT3KgJDLE0YUgXiVLu-G6CMckFfMoGbdNJyxUBH5OQ4tpGP4C8ck\\_FPQARebd3SRb\\_LZFnyj-4chhEryKi5DL6JafMR7haHZxvrZ1YK7p0cCMRlgn11S001eJQEDy&ved=2ahUKEwiJI4aJ17uIAxXtupUCHftkECg4ChDy0wN6BAgEEAc&biw=1920&bih=953&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:77f09fe8,vid:jgSaalpyHsl,st:0](https://www.google.com/search?q=produtores+do+gramadinho+de+laranjeiras+do+sul&sca_esv=6803afb3c46e8800&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR856BR856&sxsrf=ADLYWIIETu2PsNDT7aK_-YstjKEvikZdJQ:1726084829783&ei=3fbhZsm0L-311sQP-8nBwAl&start=20&sa=N&sstk=AagrsuiT3KgJDLE0YUgXiVLu-G6CMckFfMoGbdNJyxUBH5OQ4tpGP4C8ck_FPQARebd3SRb_LZFnyj-4chhEryKi5DL6JafMR7haHZxvrZ1YK7p0cCMRlgn11S001eJQEDy&ved=2ahUKEwiJI4aJ17uIAxXtupUCHftkECg4ChDy0wN6BAgEEAc&biw=1920&bih=953&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:77f09fe8,vid:jgSaalpyHsl,st:0)>

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/POSSIBILIDADES%20E%20ALTERNATIVAS%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20SUSTENTAVEL.pdf>>. Acesso em 18 de julho de 2023.

CUNHA, L. **Avaliação do Potencial Turístico**. Journal of Tourism Studies, Vol. 1, n.1, p. 21-40, 2008. Disponível em: <[https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/384/1/artigo\\_liciniocunha.pdf](https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/384/1/artigo_liciniocunha.pdf)> Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

DA MATTA, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v.15 n.7, 1987.

DALPIAZ, R. C. C.; et. al. A hospitalidade no turismo: o bem receber. Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <[http://www.serragaucha.com/upload/page\\_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf](http://www.serragaucha.com/upload/page_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf)>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

DELGADO, N. Concepções de Ruralidade e Políticas Públicas na América Latina e na Europa: análise comparativa de países selecionados. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras /** (Organizadores da Série) -- Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

DELGADO, G.C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**. Brasília, ABRA, edição especial, p. 61- 8,2013.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.157 p.

EMBRATUR - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, 2022. Disponível em: <<https://embratur.com.br/2022/12/22/veja-como-as-acoes-da-embratur-no-ano-da-retomada-do-turismo-foram-determinantes-para-brasil-receber-mais-de-3-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2022/>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Cadernos Paraná da Gente, n5, 342p. Curitiba 2006.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Turismo, agricultura e patrimônio: São Lourenço do Sul (RS)**. Santa Maria: FACOS, 2005.

FURTADO, Celso. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 15, no 2 (58), pp. 157-162, 1995.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico/estrutural**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

FUSTER, Fernandez, **Introdução a Técnica e Teoria do Turismo**. 4 ed. Madrid: Nacional, 1974.

GARNETT, T. **What is a sustainable healthy diet? A discussion paper**. Food Climate Research Network, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653p.

GOMES, B.S.A.; MORAES, C.G.; MEDEIROS, M.; LOPES, E.L.N.; BRONZE, A.B.S.; REDIG, M.S.F.; VASCONCELOS, O.M. **Potencialidades do turismo rural de base agroecológica em uma Comunidade Quilombola do Baixo Tocantins, Pará**. Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável, s.d. Volume 4.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 5, n. 1, 2004.

GONÇALVES, L. R. F. **O processo de desenvolvimento sob ótica do turismo: o caso do território Centro-Sul do Paraná**. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Minas Gerais, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.

GREGOLIN G.C. et al. Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências**

**Sociais da UNIFAP**, v. 12, n. 3, p. 51-64, dez. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/73091621> >. Acesso em: 04 de junho de 2023.

GUERRERO, P. **Introducción al turismo**. Patria, 2014.

GUIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi- Prensa, 2000.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. *In*: Altieri, M. (ed.), **Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. p. 25-41.

HORLINGS, I; MARSDEN, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. **Sociologias**, v.13, n. 27, p.142-178, 2011.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2a Edição. São Paulo: Thomson, 2003

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/notificacoes-assentamento/parana>>. Acesso em 13 de junho de 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IDR. 2023. Disponível em: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Caminhadas-na-natureza-injetaram-mais-de-R-1-milhao-nas-economias-locais-em-2023>>. Acesso em 08 de maio de 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, (2017). Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=19](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19)>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em: <<https://catalogo.ipea.gov.br/politica/477/programa-de-promocao-da-sustentabilidade-dos-espacos-subregionais-promeso>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

JORNAL CORREIO DO POVO, 2023. Disponível em: <<https://www.jcorreiodopovo.com.br/laranjeiras/laranjeiras-programa-dinheiro-direto-na-comunidade-destina-r50-mil-a-quatro-entidades/>>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

JORNAL CORREIO DO POVO. Laranjeiras do Sul 76 anos: seu passado inspira um futuro promissor, 2022. Disponível em: <<https://www.jcorreiodopovo.com.br/coluna/editorial/laranjeiras-do-sul-76-anos-seu-passado-inspira-um-futuro-promissor/>>. Acesso em 11 de junho de 2024.

KITCHEN, L; MARSDEN, T. K. Creating sustainable rural development through stimulating the eco-economy: Beyond the eco-economic paradox? **Sociologia Ruralis**, v. 49, n. 3, p.

273-294, 2009.

KLOSTER, S.; GONÇALVES CUNHA, L. A. **Desenvolvimento Territorial e Turismo Rural: As relações possíveis Desenvolvimento em Questão**, vol. 12, núm. 27, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75232113004>>. Acesso em: 16 de março de 2023.

KOERBER, K., BADER, N., LEITZMANN C. Wholesome Nutrition: an example for a sustainable diet. **Proceedings of the Nutrition Society**, 76, 34–41; 2017. Disponível: <<https://www.cambridge.org/core/journals/proceedings-of-the-nutrition-society/article/wholesome-nutrition-an-example-for-a-sustainable-diet/5C8C65F3F6B210574A4DB3A84B7F3AE9>> . Acesso: 04 de junho de 2023.

KRAHL, M. F. L. **Turismo Rural**: conceituação e características básicas. Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/UnB, 2003: 30.

KRAJEVSKI, C. L. **A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu**. Blumenau, 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

LACAY, M. C. **Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas Rotas do pinhão, região metropolitana de Curitiba**: Convergências e conflitos das políticas públicas. Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR – PPGGEOGRAFIA, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

LARANJEIRAS DO SUL, 2022. Disponível em: <[https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/publicacao/\[1687435580\].pdf](https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/publicacao/[1687435580].pdf)>. Acesso em: 04 de setembro de 2024.

LARANJEIRAS DO SUL, 2023. Disponível em: <<https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/origem.php>>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

LARANJEIRAS DO SUL. Disponível em: <[https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/exibe\\_noticia.php?id=1974](https://www.laranjeirasdosul.pr.gov.br/exibe_noticia.php?id=1974)>. Acesso em 01 de maio de 2024.

LEGLER, Letícia; LAGO, Adriano; ARRUDA CORONEL, Daniel. A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 9, núm. 2, 2007, pp. 151-163. Disponível: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890201>> . Acesso em: 24 de junho de 2024.

LIMA FILHO, D. O. et al. O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil. **Turismo – Visão e Ação**, vol. 9, n. 1, p. 69-81, 2007. ISSN: 1983-7151.

LOPES, M. M.; NETTO, A. P. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do turismo - Campo Grande / MS*, v. 5, n. 2, p.200-224, jul–dez 2021.

Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205>>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.7, n.16, p. 145 – 156, 2001.

MARQUES, O. R. B.; SILVA, M. S. da; TAVARES, B. C. O turismo em áreas rurais e o seu desenvolvimento no Brasil. In: MARQUES, O. R. B.; EDRA, F. P. M.; SILVA, M. S. da (org). **Turismo rural no Brasil e experiências turísticas memoráveis**. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2023.

MARSDEN, T. Sustainable place-making for sustainability science: the contested case of agrifood and urban–rural relations. *Sustain Sci*, v.8, p.213-226, 2013.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca das sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1950].

MATOS, F. de C. Turismo receptivo e terceiro setor: ações de fomento. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 2012.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar: sustentabilidade social e ambiental**. Repositório Eletrônico do Departamento de Ciência Agrárias da UNITAU. 2007.

MERCADO, César Yarim Amador. Tipos de turismo. **UNO Sapiens Boletín Científico de la Escuela Preparatoria No. 1**, Publicación semestral, Vol. 4, No. 7, 2021.

MILLÁN, Amado. Malo para comer, bueno para pensar: crisis em la cadena socioalimentaria. In: GRACIA, Mabel Arnaiz (Coord.). **Somos lo que comemos: estudios de alimentacion y cultura em Espanha**. Barcelona: Ariel, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/medidas-tomadas-em-respostas-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

MOREIRA, Rodrigo Machado. CARMO, Maristela Simões do. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>>. Acesso em: 18 de julho de 2023.

OLIVEIRA, C. G. S. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasília-DF. 2002.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, F. S. **Turismo sustentável e riqueza social**: bases para o desenvolvimento da economia local. *Gestão e Desenvolvimento*, vol 16, núm. 2, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **UNWTO Annual Report 2014**. Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em:

<[http://dtxq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto\\_annual\\_report\\_2014.pdf](http://dtxq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_annual_report_2014.pdf)>.

Acesso em 04 de novembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PANORAMA EMPRESARIAL DE TURISMO RURAL. **Guia PETR**: Panorama Empresarial de Turismo Rural 2010.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Base de Dados**. Disponível em:

<<http://www.pr.gov.br/turismo>>. Acesso em 07 junho 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em:

<<https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Pagina/MasterPlan-Parana-Turistico-20162026>>.

Acesso em 10/02/2023.

PARANÁ. Secretaria de Turismo. **Lei Nº 15.143 de 31 de maio de 2006**. Disponível em:

<<http://www.idestur.org.br/download/20080901154157.pdf>>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

PARANÁ TURISMO. **Orientação para a gestão municipal do turismo**. Curitiba, 2022.

PARANÁ - Agência Estadual de Notícias, 2023. Disponível em:

<<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Coopera-Parana-Governo-publica-edital-de-R-315-milhoes-para-apoiar-agricultura-familiar>>. Acesso em 08 de maio de 2024.

PARRA, C. S.; SILVA, C. P.; CHEHADE, M. B. Agroturismo como fonte de renda para pequenos agricultores. **Revista Científica Eletrônica Turismo**, ano 3, n. 5, p. 1-7, jun. 2006.

PELIZZER, H. A. Gestão do Turismo Receptivo e Hospitalidade. Anais do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – **ANPTUR**, São Paulo, 2007. Disponível em <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/109.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

PLOEG, J. D; MARSDEN, T. K. (eds). *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Royal Van Gorcum, Assen, 2008.

PRIORI, A., POMARI, L. R., AMÂNCIO, S. M., IPÓLITO, V. K. O território Federal do Iguazu. Maringá: **Eduem**, 2012. Disponível em:

<<https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2024.

QUEIROZ, P. G. **Reforma agrária, turismo rural e desenvolvimento local**. Para onde correm as águas do assentamento Barra Azul no município de Bonito, em Pernambuco? 2006. Dissertação (Mestrado) – UFRPE, Recife, 2006.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade – uma visão humanista. *Ambiente & Sociedade* - Ano II, No 5, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/sgMq3nRxXZSzzM5MsX7qWCR/>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

RIVA, G.; BERTOLINI, G. R. F. Perspectiva do Turismo Rural como Alternativa de Renda para Agricultura Familiar Análise de Trabalhos Científicos. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n 38, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4319>. Acesso em: 16 de março de 2023.

ROMEIRO, A. R. Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. **Agricultura Sustentável**. Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 34-42, 1996.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-73.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 98p.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria dei Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M. Políticas públicas de fomento ao turismo rural: uma investigação no Oeste Paranaense. **IX EGEPE**, Passo Fundo, 2016. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/328-1.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

SANTOS, Marivan Tavares dos. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus : Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SANTOS, R. A.; CUSTÓDIO, M. C. M. A Prática do turismo no espaço rural: Conceituações e delimitações de suas ações. 2012. **Revista Científica Eletrônica de Turismo** – ISSN: 1806-9169. Ano IX – Número 16 – Janeiro de 2012 – Periódicos Semestral. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/mIVa9uTiyCizONz\\_2013-5-23-17-57-38.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/mIVa9uTiyCizONz_2013-5-23-17-57-38.pdf). Acesso em 10 de maio de 2024.

SANTOS, S. R. dos. Análise swot do roteiro turístico rural caminho do vinho no município de são José dos pinhais (paraná). **InterEspaço: Revista De Geografia E Interdisciplinaridade**, 2(5), 255–268. 2016. Disponível em:

<<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/5277>>. Acesso em: 17 de março de 2023.

SAUER, S. Land and territory: meanings of land between modernity and tradition. **Agrarian south: a Journal of Political Economy**. Sage, vol. 1, nº 1, p.85-107. 2012.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Unochapecó, vol. 30, n 51, 2021. Disponível em: <<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

SEBRAE-SP. **Termo de referência para atuação em Turismo Receptivo**. Ed. 12. São Paulo: SEBRAE-SP, 2011.

SEBRAE. Retrato do turismo rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios, 2013. Disponível em: <<https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200106164436.pdf>>. Acesso em 09 de setembro de 2024.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2024. <<https://sebraepr.com.br/regioes-turisticas-parana/>>. Acesso em 25 de abril de 2024.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. et al. (Orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. UFSM: Santa Maria, 1998, p. 12-18.

STOFFEL, Janete; BATISTA, Camila L. R.; CAMARGO, Juliana Bento de; SCHARDOSIN, Fernando Zatt; COSTA, Tiago da. Objetivos de desenvolvimento sustentável e cidades inteligentes: um estudo de caso do município de Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat** - Taquara/RS - v. 20, n. 4, 2023. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3139>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

STORR, V. H. The market as a social space: on the meaningful extraeconomic conversations that can occur in markets. **Quarterly Journal of Austrian Economics**, Viena, v. 21, n. 2-3, p. 135-150, Sept. 2008. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/g07271784402750u/fulltext.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2024.

THEIS, Ivo Marcos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu – Paraná. **Novos Cadernos NAEA** • v. 20 n. 2 • p. 9-26 • maio-ago 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/3967>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

TONIOL, Rodrigo. **NO RASTRO DAS CAMINHADAS** Etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, p. 21, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1990. 175p.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Editora Manole, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL, 2024. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/dicionariosulmineiro/passar-na-pinguela/>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS, 2023. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/mestrado/mestrado-em-agroecologia-e-desenvolvimento-rural-sustentavel/apresentacao-1>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. Carta de Santa Maria. In: **Grupo Turismo e Desenvolvimento** – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural DEAER. Santa Maria, 1998. Disponível em: <[http://www.institutobrasilrural.org.br/download/L2\\_CARTA\\_SANTA\\_MARIA.pdf](http://www.institutobrasilrural.org.br/download/L2_CARTA_SANTA_MARIA.pdf)> Acesso em: 08 março 2023.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing Turístico**: Receptivo e Emissivo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demanda e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS E. O; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

WERNECK, D. Z.; PINHEIRO, E. S. **Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Paraná**. Curitiba: TCG, 2018.

## **APÊNDICE A - ROTEIROS PARA ENTREVISTAS**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- 1) Qual é a importância do turismo para sua gestão? Caso seja importante cite exemplos sobre como isto acontece.
- 2) Como descreveria o panorama atual do turismo no município e, segundo este panorama, qual a tendência para o futuro?
- 3) Como vê o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)?
- 4) De acordo com o PNMT foram criados o CONDETUR e o Fundo Municipal de Turismo. Como funciona o Fundo em seu município e qual a percentagem de orçamento da Prefeitura Municipal destinada ao Fundo?
- 5) Em seu programa de governo havia propostas voltadas ao desenvolvimento do turismo? Quais eram e o que foi realizado?
- 6) Sobre o que não foi realizado, quais foram as limitações?
- 7) Quais são as propostas elencadas no Plano Diretor do município para o turismo?
- 8) Em sua opinião, o que é preciso e possível implementar no turismo de seu município?

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO**

- 1) Qual o panorama atual do turismo no município e, segundo este panorama, qual a tendência para o futuro?
- 2) Dentro do programa de governo desta gestão administrativa, que foi realizado para o desenvolvimento do turismo no município?
- 3) Em relação aos projetos que havia e que não foram implementados, quais foram as dificuldades enfrentadas?
- 4) Qual a sua opinião sobre o PNMT?
- 5) Quais as políticas e ações desta secretaria em relação ao Turismo Rural?
- 6) Qual a avaliação desta secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural no município.

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA - SECRETÁRIO DA AGRICULTURA**

- 1) Quais são as alternativas consideradas importantes pela secretaria para o desenvolvimento rural? E para a manutenção das pessoas no campo, com qualidade de vida?
- 2) Qual sua opinião sobre as possibilidades de o turismo rural ser uma alternativa de desenvolvimento rural?
- 3) O que você compreende por turismo rural?
- 4) Quais as ações e políticas específicas desta Secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo rural no município?
- 5) Existem políticas e ações de Educação Ambiental e de Educação para o turismo nas escolas municipais?
- 6) Há alguma parceria com a Secretaria de Turismo, Secretaria da Agricultura e pasta voltada ao turismo na execução destes programas?
- 7) Em relação ao meio ambiente, que impactos positivos e negativos considera que o turismo rural possa ocasionar?
- 8) Qual a sua avaliação em relação às ações desta secretaria que são voltadas ao desenvolvimento do turismo no meio rural do município?
- 9) Você considera que há potencialidades para o turismo rural no município? Explique sua resposta.

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS - ACILS**

- 1) Existe(m) empreendimento(s) turístico(s) associado(s) a este órgão? Em caso afirmativo, quais são?
- 2) Como descreveria o panorama atual do turismo no município e segundo este panorama qual a tendência para o futuro?
- 3) Quais as políticas e ações específicas deste órgão que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística no município?
- 4) Qual sua opinião sobre as potencialidades econômicas do turismo no município?

## **ROTEIRO PARA ENTREVISTA – IDR**

- 1) Como vê o turismo rural enquanto alternativa para o desenvolvimento rural sustentável?
- 2) Como conceitua Turismo Rural?
- 3) Existem projetos de turismo rural apoiados pelo IDR? Como o município está contemplado neste processo?
- 4) Quais as políticas e ações específicas deste órgão em relação ao desenvolvimento do turismo rural no município?
- 5) Tem conhecimento de algum proprietário rural que tenha feito uso da linha de crédito para fins de turismo?
- 6) Qual sua avaliação a respeito do desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica complementar na propriedade agrícola.
- 7) No seu entendimento em relação ao meio ambiente, que impactos positivos e negativos este tipo de atividade turística pode ocasionar?
- 8) De acordo com o que foi tratado, que outras considerações gostaria de fazer sobre as potencialidades e limitações do turismo no município?

## ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS DE EMPREENDIMENTOS DE TURISMO

- 1) Descreva como foi a origem da propriedade e da sua atuação em turismo.
- 2) Quantas pessoas vivem e trabalham na propriedade, qual idade, sexo, escolaridade?
- 3) Há contratados que não são da família? Quantos?
- 4) Quais são as atividades que geram renda? Qual é a mais lucrativa?
- 5) O que motivou sua família a buscar no turismo rural uma alternativa de renda para a propriedade?
- 6) Houve planejamento prévio e assessoria para iniciar a atividade? (Assessoria profissional para a implantação)
- 7) Qual foi a maior dificuldade na implantação? (readequação do espaço ...)
- 8) Quais foram as fontes de recursos para a implantação (linha de crédito específica)
- 9) O que a nova atividade agregou à propriedade?
- 10) Existe divulgação do empreendimento? Em caso afirmativo como isto ocorre? (difusão, distribuição, avaliação)
- 11) Como é o fluxo de turistas na propriedade? Há épocas nas quais aumenta a procura?
- 12) Existem momentos em que não estão abertos para visitas?
- 13) Como é o processo de recepção dos turistas? Interativo, Contemplativo (paga pelo que colhe?)
- 14) Quais os produtos e serviços disponíveis para uso turístico?
- 15) Como os moradores da comunidade interagem com o empreendimento?
- 16) Há alguma implicação da atividade turística com as outras atividades da propriedade?
- 17) Como vê este processo? Positivo, negativo, tem alguma solução para o caso?
- 18) O turismo rural compre com a função pela qual ele foi implantado?
- 19) Existe área restrita à agricultura (turista não pode circular) e áreas de espaço misto?
- 20) Quais as fontes energéticas utilizadas na propriedade?
- 21) Como é o abastecimento água (tratamento dos recursos hídricos)?
- 22) Qual o destino das águas rejeitadas/usadas?
- 23) Qual o destino do lixo (reciclagem, compostagem), há coleta por parte da prefeitura?
- 24) Participa de algum projeto na Secretaria de Agricultura, secretaria da educação ou secretaria de turismo (destino de embalagens de agrotóxicos, etc)
- 25) De onde vêm os alimentos usados na propriedade (hortaliças, leite, carne, ovos)? (da propriedade, de outros agricultores, de estabelecimentos comerciais).

- 26) São realizados cursos de capacitação por parte de quem atende os turistas (SEBRAE/SENAR)?
- 17) Como vê o trabalho do município em relação a atividade turística? (órgão municipal de turismo)
- 28) Na sua opinião quem deve dar assistência ao empreendimento?
- 29) Qual a importância de um circuito turístico? Outras propriedades trabalhando ajudam ou a concorrência é ruim?
- 30) Em sua opinião, quais são as potencialidades do turismo para sua família e quais são as limitações que enfrentam para o desenvolvimento desta atividade.

**ANEXO A**

**Túnel da Ferroeste**



Fonte: Arquivo pessoal

**ANEXO B**

Vista do morro das torres



Fonte: Arquivo pessoal

|

**ANEXO C**

## Vista do morro das torres



Fonte: Arquivo pessoal

**ANEXO D**

Trilho da Ferroeste



Fonte: Arquivo pessoal

**ANEXO E**

Viaduto da Ferroeste



Fonte: Arquivo pessoal

## ANEXO F

## Viaduto da Ferroeste



Fonte: Arquivo pessoal

ANEXO G



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul